

Revista **Socialismo e Liberdade** n°18 | 2017

“É cedo para dizer que chegou ao fim o ciclo progressista na América Latina”

Entrevista de Luis Salas,
ex-ministro da Venezuela

Contrarreforma trabalhista: o grande desmanche

Ruy Braga

Empreiteiros e poder no Brasil

Pedro Henrique Pedreira Campos

Racismo, ideologia e economia política

Silvio Luiz de Almeida

Mais Lênin, ... além de Gramsci

Milton Temer

A luta na Palestina hoje

Waldo Mermelstein

Presidente
Juliano Medeiros

Diretor-financeiro
Lucas Van Ploeg

Diretor Técnico
Gilberto Maringoni

Conselho Editorial

Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Juliano Medeiros
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Cid Benjamin**. Comitê Executivo: **Carolina Peters, Cid Benjamin, Frederico Henriques, Juliano Medeiros, Luciana Araújo, Luiz Arnaldo Dias Campos e Milton Temer**. Produtor editorial: **José Ibiapino Ferreira**. Jornalista responsável: **Rodolfo Vianna (MTb 54.137/SP)**. Revisão: **Cid Benjamin e Rodolfo Vianna**. Projeto Gráfico: **Cláudio Zamboni**. Editoração Eletrônica: **Zaha Comunicação**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br. [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 8 mil exemplares.

EDITORIAL	3
Juliano Medeiros	
“É CEDO PARA DIZER QUE CHEGOU AO FIM O CICLO PROGRESSISTA NA AMÉRICA LATINA”	4
Entrevista de Luis Salas, ex-ministro da Venezuela	
CONTRARREFORMA TRABALHISTA: O GRANDE DESMANCHE	10
Ruy Braga	
A REFORMA AGRÁRIA PRECISA DO APOIO DOS TRABALHADORES DAS CIDADES	14
Gilmar Mauro	
EMPREITEIROS E PODER NO BRASIL	18
Pedro Henrique Pedreira Campos	
NÃO GENERALIZEM O CAMPO EVANGÉLICO	22
Henrique Vieira	
RACISMO, IDEOLOGIA E ECONOMIA POLÍTICA	26
Silvio Luiz de Almeida	
MAIS LÊNIN, ... ALÉM DE GRAMSCI	30
Milton Temer	
A LUTA NA PALESTINA HOJE	34
Waldo Mermelstein	
A QUESTÃO DO TRABALHO	38
Karl Marx	
O LÉXICO DE ANTONIO GRAMSCI: ENTRE FILOLOGIA E POLÍTICA	42
Álvaro Bianchi	
RETOMAR STONEWALL E RADICALIZAR O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO	44
Cesar Fernandes e Rodrigo Cruz	
MARTÍRIO, A SAGA DE UM POVO QUE INSISTE EM VIVER NA SUA TERRA	46
Luiz Arnaldo Dias Campos	



E D I T O R I A L

Onúmero 18 da revista SOCIALISMO e LIBERDADE chega aos leitores num momento decisivo da crise política que se aprofundou dramaticamente com as revelações que atestam o envolvimento direto do ilegítimo presidente da República em crimes como obstrução de justiça, prevaricação e corrupção passiva. No momento em que o governo golpista buscava demonstrar força junto aos agentes econômicos para viabilizar suas contrarreformas e sobreviver até 2018, as denúncias alteraram o jogo. Tudo isso somado à ofensiva dos setores populares contra Temer demonstra que seu plano de destruir os avanços sociais conquistados pelo povo nos últimos 30 anos corre risco iminente. Por isso, esta edição de SOCIALISMO e LIBERDADE, ainda que preparada antes da divulgação dos áudios que flagram o presidente ilegítimo em transações criminosas com alto representante do capital monopolista brasileiro, vem colaborar com a reflexão sobre a saída para a crise política, social e econômica que assola nosso país.

Para isso, compreendendo que a ofensiva do capital sobre os direitos não é um fenômeno exclusivamente nacional, mas expressa uma dinâmica mundial cujas principais expressões são a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais nos Estados Unidos e o fortalecimento do projeto de extrema-direita na Europa, trazemos uma entrevista com Luiz Salas, ex-ministro da Economia do governo bolivariano da Venezuela. De forma transparente e honesta, Salas responde aos questionamentos formulados por mim e pelo economista José Luis Fevereiro sobre a situação política, econômica e social da Venezuela e sobre os rumos daquela que foi, até pouco tempo, a mais pujante experiência de resistência anti-imperialista na América do Sul depois da Revolução Cubana. Os dilemas que Salas apresenta, especialmente no campo econômico, devem servir para a reflexão sobre os caminhos que deveremos apresentar nas eleições presidenciais de 2018 para que a esquerda possa voltar a se postular como alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras.

Análise que também nos prepara para o futuro é a que nos é oferecida pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Ruy Braga, que trata dos impactos do processo de reestruturação produtiva no Brasil e da ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho. Ainda no campo dos problemas relacionados à realidade brasileira, os excelentes artigos de Sílvia Almeida e Pedro Henrique Pereira de Campos analisam, respectivamente, a relação estrutural entre o racismo e a dinâmica da dominação capitalista e a histórica

simbiose entre o Estado brasileiro e os grandes grupos econômicos da construção civil.

O teólogo, pastor e militante do PSOL Henrique Vieira nos traz um texto sobre os desafios para uma maior interlocução da esquerda com os segmentos evangélicos, tema que está na ordem do dia. Já Gilmar Mauro, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), discorre sobre os desafios da reforma agrária na nova configuração do campo brasileiro.

Estimulando a reflexão teórica sobre os desafios do passado, do presente e do futuro, temos ainda dois artigos de peso. Álvaro Bianchi e Milton Temer analisam o legado de Gramsci, cujo desaparecimento físico completou 80 anos no último mês de abril, e sua importância para a esquerda brasileira ainda hoje. Reconhecido como um dos mais influentes pensadores marxistas no Ocidente, Gramsci segue atual com suas análises sobre hegemonia, Estado e papel da organização política.

Ainda no campo da teoria, trazemos versão inédita de texto escrito por Marx sobre a questão do trabalho. Traduzido para o português por Carolina Peters e Murilo Leite, ele aparece pela primeira vez para o público brasileiro nas páginas de SOCIALISMO e LIBERDADE.

Artigo de Waldo Melmerstein, judeu ativista da causa palestina, apresenta reflexões sobre a luta do povo palestino contra a opressão e por sua autodeterminação.

E, como temos feito nos últimos números, lembramos a luta da comunidade LGBT por direitos, representada na épica batalha de Stonewall, em artigo de Cesar Fernandes e Rodrigo Cruz. Em outro texto, o cineasta e dirigente do PSOL, Luiz Arnaldo Dias Campos, traz resenha sobre o filme Martírio, de Vincent Carelli, que retrata o drama do povo guarani-kaiowá, vítima da violência do latifúndio contra os povos indígenas.

Aliando análises sobre a conjuntura com o resgate das experiências de luta dos povos e a reflexão teórica, SOCIALISMO e LIBERDADE segue dando sua contribuição para que dirigentes, militantes, filiados e simpatizantes do PSOL e do campo democrático e popular possam lutar mais e melhor por um Brasil e um mundo socialistas.

Boa leitura!

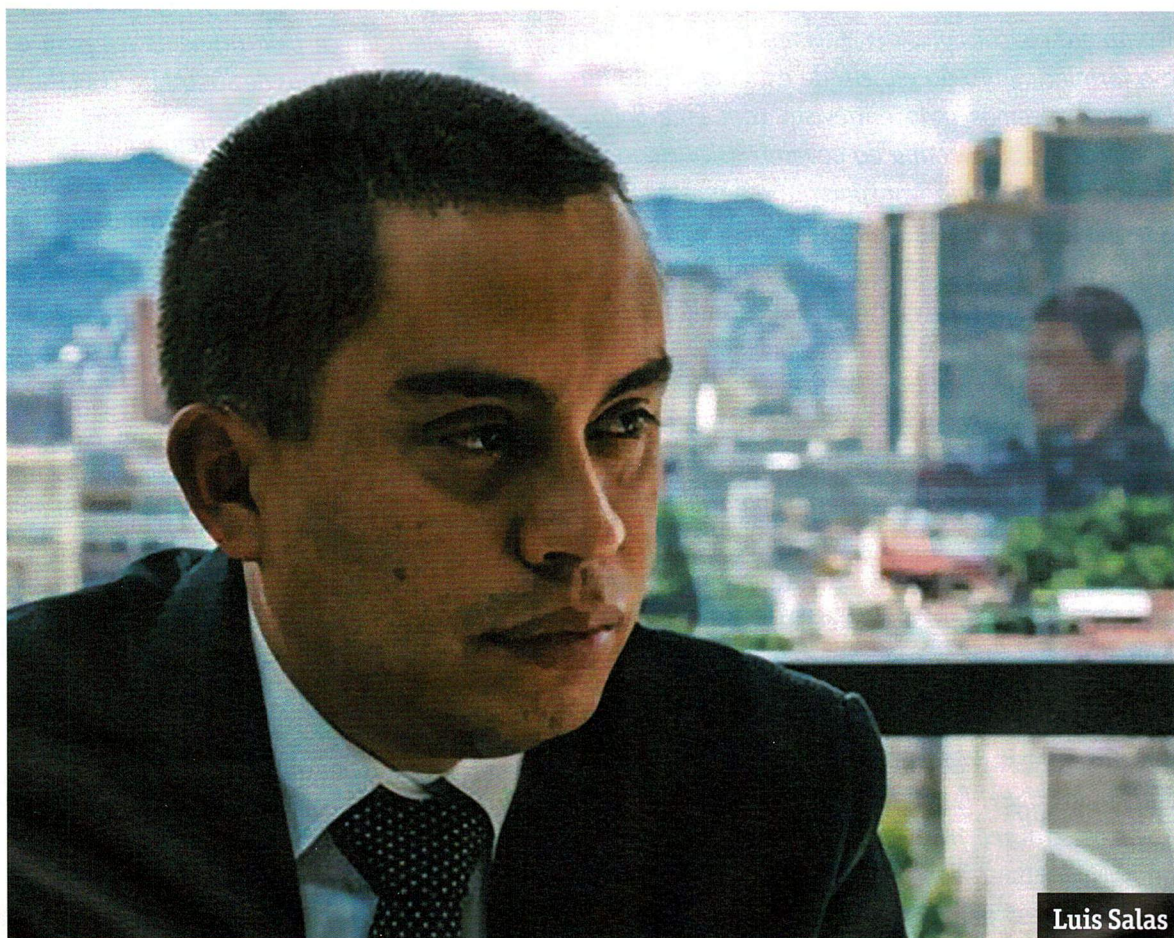
Juliano Medeiros
Diretor-presidente da Fundação Lauro Campos

“É cedo para dizer que chegou ao fim o ciclo progressista na América Latina”

Luis Salas, ex-ministro da Venezuela

Entrevista a Juliano Medeiros*
e José Luis Fevereiro**

ALBA CIUDAD



Para dirigente, com a Constituinte o país vai discutir mais política e o governo pode recuperar a iniciativa



Hugo Chávez

Quando foi nomeado ministro da Economia Produtiva e vice-presidente de Economia do governo venezuelano, em janeiro do ano passado, Luis Salas tinha apenas 39 anos. Apontado como um dos expoentes da ala mais à esquerda do chavismo, Salas durou pouco no cargo. Pouco mais de um mês depois foi substituído pelo empresário Miguel Perez Abad, que estava à frente do Ministério da Indústria.

Salas é um defensor do processo revolucionário venezuelano e, mesmo nas críticas, coloca-se ao lado do governo bolivariano.

Ao ser empossado, propunha o aprofundamento do processo revolucionário e uma política mais dura contra os sabotadores da economia: "Não tem sentido falarmos de inflação e escassez, quando o que temos

"O processo bolivariano veio na contramão das principais tendências mundiais na última década. Isso acarretou choques. Passamos por diferentes momentos e vivemos um momento mais agudo"

é especulação, monopólio e usura". Propunha, também, a moratória diante dos credores internacionais da Venezuela para usar os recursos em investimentos produtivos.

Formado em sociologia na Universidade Central da Venezuela, Salas fez mestrado no Chile e foi professor de Economia Política da Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV). É fundador do Centro de Estudos de Economia Política daquela universidade.

Ele respondeu às perguntas da revista SOCIALISMO e LIBERDADE por email.

A Revolução Bolivariana foi o mais avançado processo de enfrentamento político contra o imperialismo nas últimas décadas na América Latina. Qual a origem da crise atual? As dificuldades podem ser superadas?

A situação que estamos vivendo tem explicações de longo, médio e curto alcance. O processo bolivariano veio na contramão das principais tendências mundiais na última década. Isso acarretou choques. Passamos por diferentes momentos e vivemos um momento mais agudo, o que tem a ver com alguns fatores. O primeiro, a morte do presidente Chávez no começo de 2013. A partir desse momento, o confronto se torna mais intenso. Depois, houve mudanças na economia mundial, com a queda dos preços das *commodities*, dentre eles o do petróleo. Isso significou um ciclo menos virtuoso do que o que estávamos vivendo. E eu agregaria um terceiro fator, relacionado com a disputa interna, na qual também o governo tem uma parcela de responsabilidade, porque não soube ou não conseguiu fazer frente a ataques especulativos. Essa situação, com o tempo, tornou mais agudo o confronto.

Um dos problemas históricos da Venezuela é a dependência econômica do petróleo. Tornar o país defendido frente às flutuações dos preços internacionais exigiria maior diversificação da economia? Por que não se conseguiu isso?

De fato, um dos problemas históricos da Venezuela é a dependência econômica do petróleo. E conseguir que o país seja imune às consequências das flutuações dos seus preços passa por conseguir avanços significativos na planificação da economia. Por que não se conseguiu? Isso é um processo lento. E é preciso uma primeira etapa que crie condições para isso. Quando Chávez assumiu a Presidência, em 1999, a Venezuela vinha de 20 anos de uma crise econômica muito forte, com índices de desnutrição e evasão escolar grandes. Assim, o primeiro a ser feito foi criar certas condições. Por um lado, pagar a dívida social herdada do neoliberalismo dos anos 80 e 90. De outro, ser capaz de dar um salto para uma economia produtiva. Então, é uma questão de etapas na qual se avançou muito, mas em meio à agudização dos conflitos, porque tudo foi feito num clima de disputa. Desde 1999, a Venezuela se encontra num duro confronto com os poderes econômicos mundiais e locais, o que fez com que não tivéssemos podido avançar tudo o que gostaríamos.

Administrar uma economia ainda capitalista com um sentido de transformação socialista coloca dificuldades enormes. Isso dificilmente se consegue sem algum nível de cooperação de parcelas dos setores economicamente dominantes. A Venezuela fez algumas tentativas para isso, que



“Desde 1999, a Venezuela se encontra num duro confronto com os poderes econômicos mundiais e locais, o que fez com que não tivéssemos podido avançar tudo o que gostaríamos”

aparentemente terminaram em fracasso. Por quê?

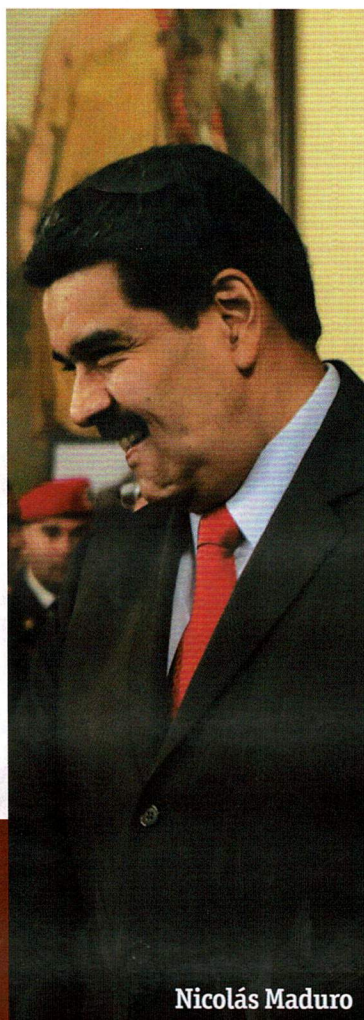
Isso aconteceu pela natureza dos grupos econômicos dominantes em Venezuela. Nossa economia é diferente da economia brasileira ou argentina. Aqui, a burguesia que predomina é uma burguesia comercial e mercantil mais do que uma burguesia industrial. Isto faz com que a burguesia venezuelana seja contra qualquer processo de industrialização clássico, como os que ocorreram em outras partes. Nos anos 40, tivemos um governo da burguesia industrial que foi derrotado por esta mesma burguesia comercial e mercantil, a quem não interessava um processo de industrialização, porque ela vivia e vive fundamentalmente das importações. Por outro lado, ao longo desses anos houve mudanças que, entre outras coisas, significaram a inclusão de pequenos e meios empresários agrupados numa central que se chama Feindustria. Ela é diferente da central dos grandes empresários, que se chama Fedecâmara. Houve também a aparição de novas formas associativas ou econômicas, como as empresas de propriedade social (EPS) ou empresas mistas, com participação do Estado e das comunidades. Temos tido progressos, mas não tanto nas áreas mais sensíveis, como as de alimentos, produtos de higiene e limpeza ou peças de reposição para automóveis. Aí, o poder dos grandes monopólios é muito forte, e excetuando-se o caso da Polar, que é um monopólio venezuelano, todos os demais são transnacionais, como os que existem nos produtos de higiene e limpeza ou no caso dos alimentos. Assim, não é tão fácil substituí-los como gostaríamos.

No governo de Chávez teve início uma profunda reforma agrária. Quais os avanços e quais os limites dessa experiência? Por que ela não foi capaz de assegurar a soberania alimentar da Venezuela?

Como foi dito, na Venezuela foi feita uma reforma agrária. Chávez avançou nesse sentido e proibiu o latifúndio. Uma das grandes conquistas foi a democratização do acesso à terra. O processo teve muitos conflitos políticos. Houve de 200 a 300 líderes camponeses assassinados por proprietários de terras ou por grupos ligados a eles. Mas não se conseguiu alcançar a soberania alimentar porque, como eu disse, boa parte da produção dos alimentos mais sensíveis depende de monopólios ou de oligopólios transnacionalizados. Ainda assim, uma rede extensa de pequenos e médios produtores agrícolas tem conseguido abastecer as cidades e fazer com que não seja tão grave a crise que vivemos. Mas esses produtores não têm expressão suficiente para suplantar os monopólios e os oligopólios. Eu diria também que, inclusive, o governo não tem a disposição suficiente para apoiá-los mais, por várias razões. Ainda assim, creio que se está avançando. Mas o problema está na parte mais sensível da economia, com o peso dos monopólios e dos oligopólios, que segue sendo muito grande e exercendo seu poder no mercado.

Setores da economia sob administração pública enfrentam, segundo muitos, problemas agudos de gestão. O avanço da estatização foi mais rápido do que o desenvolvimento da capacidade gerencial do Estado?

Em parte isso ocorreu, mas também é verdade que muitas dessas empresas foram estatizadas nos últimos



Nicolás Maduro

“No Brasil (...) se decidiu conciliar, inclusive nomeando um banqueiro como ministro da economia. Na Venezuela não se chegou a tanto, mas o governo muitas vezes agiu como se (...) cedendo às pressões especulativas pudesse ganhar tempo e (...) acalmar os que nos atacavam”

tempos e, como toda e qualquer empresa, necessitam certo tempo para se consolidar. Além disso, há mitos a esse respeito. Muitas foram estatizadas por terem sido abandonadas pelos seus donos. Assim, não é verdade que o governo as tenha expropriado e, depois, não tenha conseguido torná-las produtivas. A maioria foi abandonada pelo setor privado em más condições. O que, sim, é verdade é que o Estado tomou a seu cargo mais do que a capacidade gerencial para administrar essas empresas. O ideal teria sido que as coisas andassem em sintonia, mas a vida não é assim. De qualquer forma, é importante que o Estado mantenha um setor. Isso não deve ser desprezado. E não é o caso de se começar a reprivatizá-lo com a justificativa de que o setor privado vai fazer isso de forma mais eficiente. Isso não é verdade.

No cenário atual de crise econômica, com a queda dos preços internacionais do petróleo em relação e o desgaste político, parece que o governo tenta ganhar tempo com o diálogo. Há perspectivas de que a crise diminua a tempo de a esquerda se recuperar e vencer as próximas eleições presidenciais?

Esse quadro já vinha sendo anunciado por Chávez em 2010. Mas o governo não foi suficientemente ágil para prever essa situação e atuar. É verdade que denuncia os ataques especulativos, mas nem sempre soube atuar contra eles. Fazendo uma analogia, em que pese as diferenças, isso me faz lembrar um pouco a situação de Dilma Rousseff diante dos ataques especulativos dos setores econômicos brasileiros. No Brasil, de alguma forma, mais do que enfrentá-los, se decidiu conciliar, inclusive nome-



ABI

ando um banqueiro como ministro da economia. No caso da Venezuela não se chegou a tanto, mas o governo muitas vezes agiu como se pensasse que, cedendo às pressões especulativas, pudesse ganhar tempo e, talvez, acalmar os que nos atacavam. Na prática esse mecanismo não funciona, porque não é interpretado como sinal de boa vontade, mas como debilidade. E os inimigos nos atacam mais. Entre 2003 e 2012 o controle do câmbio conseguiu controlar a inflação e baixá-la a níveis inferiores à metade do estavam na

década anterior. Então, creio que na Venezuela, desde o ponto de vista dos números, é indiscutível o êxito do controle do câmbio. Mas o que acontece também é que, nos últimos tempos, pressionado pelos ataques da oposição, o governo optou mais pela flexibilização, o que não trouxe resultados.

O governo acaba de invocar o artigo da Constituição que prevê a convocação de uma assembleia constituinte. Como esse processo pode ajudar na superação da crise? Que mudanças

podem ser promovidas pelo processo constituinte para ajudar as forças populares diante da burguesia e da direita pró-imperialista?

O primeiro ponto positivo da Constituinte é que a iniciativa política passa para o governo. Recobrada a iniciativa, recomeça o debate. Ainda que não haja cessado a violência, hoje se discute a Constituinte. Isso já ajuda amainar um pouco a violência, o que é positivo. E, por mais golpeado que esteja o chavismo, ele tem mais propostas do que a direita. Efetivamente, pesquisas

da própria direita mostram que uma das suas principais preocupações, reconhecidas por seus próprios militantes, é que ela não tem, ou não apresenta abertamente, um projeto político. E menos ainda um projeto econômico. O pouco que mostram não é muito popular. São coisas no estilo Macri, na Argentina, ou Temer, no Brasil. Assim, as propostas do chavismo são muito mais atraentes para a população. Quando se dá o debate, ele fica em vantagem. Então, a Constituinte pode criar um cenário para fortalecer o avanço popular, mas para isso é importante derrotar a violência fascista que tem se manifestado com muita força.

As políticas de integração lideradas pela Venezuela - em especial a Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba) - desempenharam um importante papel na cooperação entre países cuja orientação econômica contrariava os interesses imperialistas na América Latina. Que avanços houve e que dificuldades esse processo de integração enfrentou?

Ele chegou a avançar muitíssimo. Existia um eixo que para nós era vital, o que Chávez chamava de eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires, e que agora está contra a Venezuela. A partir do que aconteceu no Brasil e na Argentina, ele acabou. Creio que os ataques contra a Venezuela não tem a ver apenas com a Venezuela, mas também com um processo de desintegração da região, que, nos últimos anos, nos tempos de Lula, Kirchner e Chávez tinha tido uma consolidação regional forte e muito importante. Perdemos terreno e este é um terreno que precisamos recuperar, não somente no caso venezuelano, mas em toda a região. No caso do Brasil, em particular, há um

“É cedo para afirmar que está acabado o ciclo dos governos progressistas. São períodos de longo prazo na história e eles podem atravessar momentos de turbulência. (...) Tudo pode acontecer”

enorme preocupação dos Estados Unidos, a quem não interessa que uma economia como a brasileira saia de sua órbita de influência.

Nos últimos anos houve três golpes de estado na América Latina (em Honduras, no Paraguai e no Brasil), além de tentativas de desestabilização na Bolívia, no Equador e na Venezuela. Há projetos conservadores retomando terreno na Argentina e mantendo o protagonismo no Peru e na Colômbia. Pode ser dito que o ci-

clo de governos progressistas dependeu da expansão econômica que o mundo e a América Latina viveram?

Creio que seria apressada a afirmação de que o ciclo dos governos progressistas foi dependente da expansão econômica. Esta foi um fator importante, sem dúvida, mas a afirmação é limitada. Além disso, não acredito, diferentemente de alguns setores da esquerda, que esse ciclo tenha chegado ao fim. Em particular no Brasil, houve uma situação muito particular, um golpe de estado. No caso da Argentina, ainda que para os efeitos isso seja irrelevante, não foi tanto a campanha de Macri que venceu. A campanha do kirchnerismo e do justicialismo foi muito ruim e, em boa medida, isso foi mais importante para a derrota do que o desempenho de Macri. Vemos as mobilizações que ocorrem no Brasil, vemos o que está acontecendo na Argentina, vemos que a Venezuela, apesar de todos os prognósticos negativos, vai se sustentando. Por isso, é cedo para afirmar que chegou ao fim o ciclo dos governos progressistas. São períodos de longo prazo na história e eles podem atravessar momentos de turbulência. Claro que tampouco se pode afirmar que esteja havendo uma continuidade tranquila desse ciclo de governos progressistas. Tudo pode acontecer e é possível que haja uma restauração neoliberal, mas o processo segue aberto ainda. De qualquer forma, é preciso lutar para que não haja um retrocesso a épocas que, de alguma forma, já foram superadas na região.

(Tradução: Cid Benjamin e Javier Torres)

***Presidente da Fundação Lauro Campos
Economista e dirigente nacional do PSOL

Contrarreforma trabalhista:

o grande desmanche

Ruy Braga*

Enquanto escrevo, o governo federal tenta firmar um acordo de líderes na Câmara dos Deputados a fim de garantir a aprovação de um requerimento de urgência para aprovar a contrarreforma trabalhista no início de junho. Mesmo diante da profundidade da crise política que assola Brasília, os parlamentares não recuaram da decisão de atacar barbaramente a proteção trabalhista. Afinal, trata-se de uma proposta essencial para assegurar a transição para uma estrutura econômica orientada pela acumulação por espoliação. E os interesses dos setores empresariais precisam ser assegurados. Custe o que custar. Ainda que as medidas reconduzam o país ao século XIX.

Foram mais de cem alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O pacote de maldades contra o

Foram mais de cem alterações na CLT. O pacote de maldades é muito grande para ser detalhado neste espaço. Apenas para ficarmos em dois exemplos, o projeto aprovado na Câmara permite que grávidas trabalhem em ambientes insalubres e o intervalo na jornada pode ser reduzido para 30 minutos

trabalhador brasileiro é muito grande para ser detalhado neste espaço. Apenas para ficarmos em dois exemplos, o projeto aprovado na Câmara permite que grávidas trabalhem em ambientes insalubres e o intervalo na jornada pode ser reduzido para 30 minutos. No agregado, o projeto condensou um conjunto de medidas que já vinham sendo discutidas na Câmara por meio de uma série de projetos de lei apresentados por acólitos de empresas travestidos de deputados. As principais frentes do ataque são, sinteticamente, a dominância do negociado sobre o legislado, a flexibilização da jornada de trabalho e o bloqueio do acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho.

Do ponto de vista do negociado sobre o legislado, é importante destacar que dos cerca de 13 mil sindicatos atuantes no setor privado hoje no país, a esmagadora maioria funciona como



uma espécie de fiscal da CLT, pois não tem condições de negociar com as empresas benefícios reais para os trabalhadores. As razões para isso são variadas e vão desde o simples burocratismo sindical até causas estruturais, como o aumento do desemprego e do subemprego, além da fragmentação das bases dos sindicatos, a pouca tradição sindical em muitas regiões, a fragilidade da formação dos dirigentes, a repressão etc.

Neste contexto, afirmar a dominância do negociado significa eliminar, em termos práticos, muitas conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira. A começar pelo décimo terceiro salário. Afinal, imagine a seguinte situação, numa "negociação" entre patrões e empregados, as empresas

decidem dividir o pagamento do décimo terceiro salário em 12 parcelas, por exemplo. Numa negociação posterior, bastaria que as empresas apresentassem uma proposta de diminuição salarial de 8,5%, caso a inflação seja de 0%, algo proibido pela legislação atual, ou mesmo que deixassem de dar o reajuste salarial, caso a inflação fosse de 8,5%, para que o décimo terceiro simplesmente evaporasse.

Outra ameaça grave trazida pela contrarreforma no tocante ao primado do legislado é o aumento da insegurança das próprias relações trabalhistas. Afinal, aproveitando o exemplo anterior, imaginem o que não aconteceria se, subitamente, os trabalhadores representados por um sindicato inexpressivo percebessem que seus represen-

tantes assinaram um acordo que acaba com o décimo terceiro salário etc. A aprovação da contrarreforma criará uma situação potencialmente explosiva no país, com um compreensível aumento da violência nas relações de trabalho.

Em relação à flexibilização da jornada, o grande risco é a generalização do trabalho intermitente com a multiplicação daquilo que na Europa é chamado de "mini job". O trabalhador fica em casa esperando receber uma mensagem de texto do empregador dizendo onde e quando ele deve se apresentar. Assim, o trabalhador fica totalmente à mercê das flutuações da demanda e sem qualquer previsão de quanto receberá no fim do mês, tendo em vista que o empregador paga apenas pelo tempo

efetivamente trabalhado. Trata-se de um retrocesso aos primórdios do capitalismo, quando a forma típica de remuneração era exatamente o salário por peça produzida pelo operário.

Além disso, as formas precárias de contratação, normalmente associadas aos contratos terceirizados para os trabalhadores subalternos e ao chamado “pejotismo” (contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas) para os quadros mais qualificados, deverão se banalizar em um futuro próximo. Em suma, todos perdem renda e têm sua carga de trabalho aumentada. É verdade que isso já acontece hoje em dia, mesmo sem a contrarreforma trabalhista. No entanto, atualmente, existem obstáculos jurídicos à subcontratação de todas as atividades de uma empresa, por exemplo, apenas sendo permitida a terceirização das atividades-meio. Além disso, na condição de “PJ”, caso fique demonstrado o vínculo de subalternidade do contratado para com a empresa contratante, esta é obrigada a pagar-lhe multa e todos os encargos trabalhistas. Estas salvaguardas para o trabalhador desapareceram no projeto de contrarreforma.

Jornadas mais longas e salários menores: os setores empresariais desejam impor aos trabalhadores um verdadeiro desmanche do sistema de proteção do trabalho. Assim, além dos ganhos imediatos em termos de espoliação dos rendimentos do trabalho, os empresários buscam alcançar outro objetivo igualmente importante: deslegitimar as formas de reivindicação historicamente criadas pelos trabalhadores em seu processo de construção classista. Ou seja, quando nos referimos à CLT, estamos falando sobre um momento decisivo de um longo ciclo de mobilizações dos grupos subalternos brasileiros que, em termos globais, vai da



THOR JØRGEN UDVANG

greve geral de junho-julho de 1917, até meados dos anos 1930, com a mal sucedida insurreição comunista de 1935.

A promulgação da CLT coroou este ciclo por meio de uma série de concessões materiais aos trabalhadores e que foram estratégicas para o esforço industrializante do país. Além disso, a legislação trabalhista delimitou, pela primeira vez na história brasileira, um espaço de conflitos políticos reconhecido como legítimo. Em outras palavras, por meio da mobilização pela efetivação dos direitos trabalhistas, existentes na forma da lei, mas ausentes na realidade das empresas, os subalternos se apropriaram de uma gramática política que foi largamente empregada nas lutas sociais dos anos 1950, 1960 e 1970. Isso sem mencionar a influência desta dinâmica coletiva na conquista dos direitos sociais universais garantidos pela Constituição de 1988.

Neste sentido, o atual desmanche da CLT faz parte de uma ampla reação antipopular, cujo vértice consiste em deslegitimar as lutas sociais no país, a fim de aprofundar a exploração e a dominação dos trabalhadores. Trata-se de uma ofensiva sobre os direitos previdenciários e trabalhistas que busca consolidar um regime de acumulação por espoliação cujo eixo gravita em torno da mercantilização do trabalho. Este regime já havia sido publicamente anunciado em uma entrevista do então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, o empresário Benjamin Steinbruch, ao jornal *Folha de S. Paulo*, durante a campanha eleitoral de 2014.

Na ocasião, após entoar a indefectível cantilena a respeito do elevado custo do emprego no Brasil, o dono da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) reivindicou um “país leve na lei trabalhista”, isto é, com jornada

mais flexível, idade legal diminuída e horário de almoço encurtado: “Não precisa de uma hora [de almoço]. Se você vai numa empresa nos EUA, vê [o trabalhador] comendo o sanduíche com a mão esquerda e operando a máquina com a mão direita. Tem 15 minutos para o almoço”.¹ Por trás das propostas do ex-presidente da Fiesp já era possível perceber as frentes de ataque dos interesses patronais incorporados na proposta de reforma trabalhista do governo ilegítimo de Michel Temer, isto é, a implementação do princípio do negociado sobre o legislado, a flexibilização da jornada de trabalho e a universalização da terceirização empresarial.

Especificamente em relação à terceirização, mesmo antes da contrarreforma trabalhista, o quadro já era desalentador. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), nos últimos três anos, cerca de 70% das indústrias brasileiras contrataram empresas terceirizadas. Dos 50 milhões de trabalhadores com carteira assinada existentes em 2014 no país, 12,7 milhões eram terceirizados, recebendo, em média, salários 30% inferiores em relação aos contratados diretamente.² Além disso, eles são mais vulneráveis tanto aos acidentes de trabalho, quanto às condições análogas à escravidão.³ A contrarreforma trabalhista de Temer

1 Ver Fernando Rodrigues, Presidente da Fiesp fala em flexibilizar a lei trabalhista (Folha de S. Paulo, 29 nov. 2014).

2 Para mais detalhes, ver dados citados em Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha/dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos, cit.

3 Para mais detalhes, ver Jeane Sales e Vitor Araújo Filgueiras, Trabalho análogo ao escravo no Brasil: natureza do fenômeno e regulação (Revista da Abet, v. 12, n. 2, jul-dez 2014).

Caso a contrarreforma trabalhista seja aprovada, os golpistas sepultarão um século de lutas sociais em benefício de uma cidadania salarial inclusiva. E os trabalhadores pagarão o pato da crise por meio da evaporação dos rendimentos e da ampliação das jornadas de trabalho


cristalizaria uma condição social já bastante calamitosa.

Ao fim e ao cabo, não parece haver muita dúvida de que essas exigências empresariais foram plenamente incorporadas pela agenda do golpe de 2016, cujo objetivo não declarado é assegurar a transição mais rápida possível para um regime de acumulação focado na espoliação dos direitos dos trabalhadores. Evidentemente, isto não implica que a exploração do trabalho assalariado barato tenha perdido centralidade. No entanto, tendo em vista o prolongamento da crise da globalização, somado à dificuldade de a estrutura social acomodar os conflitos trabalhistas decorrentes da ampliação do assalariamento formal da última década, o governo golpista decidiu orquestrar uma brusca mudança nos rumos da economia.

Caso a contrarreforma trabalhista seja aprovada, os golpistas sepultarão um século de lutas sociais em benefício de uma cidadania salarial inclusiva. E os trabalhadores pagarão o pato da crise por meio da evaporação dos rendimentos e da ampliação das jornadas de trabalho. A desigualdade social vai aumentar, minando as bases da retomada do crescimento econômico. Não há dúvidas que entraremos em uma quadra histórica marcada pela guerra da burguesia contra o povo pobre trabalhador. No entanto, resta ainda saber qual a forma política do contragolpe popular. Afinal, assistiremos ao fortalecimento das pulsões reacionárias ou, ao contrário, seremos capazes de construir uma alternativa radical e democrática?



***Professor do Departamento de Sociologia da USP**



Malgrado todas as suas polêmicas e arbitrariedades, a chamada Operação Lava-Jato tem desnudado com detalhes os mecanismos de escalada do poder econômico sobre a coisa pública no Brasil. Ficou claro com as revelações e os depoimentos o *modus operandi* da relação dos empresários com o Estado capitalista brasileiro. Particularmente chamou a atenção em todas as investigações realizadas o elevado poder disposto pelos empreiteiros de obras públicas, atores centrais do processo econômico e político no país.

Empreiteiros e poder no Brasil

Pedro Henrique Pedreira Campos*

As empresas de construção que foram investigadas e punidas na operação são as maiores do país. Essas empreiteiras foram fundadas sobretudo nos anos 1930 e 1940, quando houve o advento de um novo padrão de acumulação de capital no país, deslocado do campo para cidade. O epicentro da dinâmica do capitalismo brasileiro deixou de se dar na matriz primário-exportadora e deu lugar ao desenvolvimento calcado no eixo urbano-industrial, com produção dedicada principalmente ao mercado doméstico. Com isso, houve a demanda de uma série de equipamentos de infraestrutura, de modo a fornecer a base desse novo padrão de acumulação. O Estado passou a ser o principal contratador desses empreendimentos, realizando obras públicas na forma de rodovias, usinas de energia etc.

Essas empresas nasceram com uma marca de atuação local e origem familiar. Logo passaram a se organizar em associações e sindicatos. Essas entidades patronais serviam para os empresários atuarem coletivamente contra os trabalhadores da construção civil, de modo a limitar aumentos salariais e a conquista de direitos por parte dos operários. Porém, essas formas organizativas serviam também para uma atuação combinada das empresas no mercado de obras públicas,

com práticas cartelistas, como a divisão de obras entre as construtoras e o acerto do resultado de concorrências. Por fim, essas associações serviam como polo de organização coletiva e política desses empresários, que usavam suas entidades para atuar junto ao aparelho de Estado, inscrevendo neste último propostas de obras pú-

Se a fundação das principais empreiteiras que atuam hoje no Brasil remonta à emergência do Estado varguista, podemos afirmar que a consolidação e a nacionalização do mercado e de obras públicas se deu no governo Kubitschek (1956-1961)

blicas, pressionando pela orientação do Orçamento para as suas atividades e agindo para pautar as políticas públicas e a agenda estatal. Assim, essas entidades atuavam para defender diante da população e do Estado os projetos dos empreiteiros como de interesses gerais da sociedade, produzindo prioridades nas políticas públicas e atuando no sentido de criar

necessidades de obras e intervenções na área de infraestrutura.

Se a fundação das principais empreiteiras que atuam hoje no Brasil remonta à emergência do Estado varguista, podemos afirmar que a consolidação e a nacionalização do mercado e de obras públicas se deu no governo Kubitschek (1956-1961). Nesse período,

tivemos uma demanda inédita de construção de rodovias por parte do Estado brasileiro, conforme previsto no Plano de Metas. Além disso, as obras da nova capital federal previram muito serviço de engenharia para os empreiteiros, que acabaram se aproximando nesses canteiros, nos quais se reuniam empresas de diversas regiões do país. Assim, data justamente do período JK a fundação das primeiras entidades patronais do setor em escala nacional, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, fundada no Rio de Janeiro em 1957) e o Sinicon (Sindicato Nacional da Construção Pesada,

também formado no Rio, em 1959). A fundação dessas organizações se deu como fruto da nova demanda de obras feita pelo governo federal e também como reação à crescente organização dos operários da construção civil, que exigiam direitos e melhores salários em um ambiente de inflação acelerada.

Alguns empresários da construção civil participaram do golpe de 1964,

atuando em organizações como o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que agiu na desestabilização do governo João Goulart, na preparação do golpe que poria fim à democracia e na elaboração de projetos e políticas estatais que seriam postas em prática na ditadura. O primeiro presidente do Sinicon, o empresário Haroldo Poland, teve uma atuação intensa no Ipes e levou outros empreiteiros a contribuir com o organismo. Ele foi um dos principais agentes civis do golpe empresarial-militar de 1964, tendo estreita relação com militares golpistas, como Golbery do Couto e Silva, e com empresas multinacionais estrangeiras.

Após o apoio de vários empresários do ramo ao golpe, os empreiteiros de obras públicas constituíram alguns dos agentes mais beneficiados pelas políticas estatais implementadas pela ditadura brasileira. Foram beneficiados por medidas como a reserva de mercado no setor de obras públicas, estabelecida por decreto-lei do ditador Artur da Costa e Silva em 1969, num momento em que o Congresso estava fechado. A medida tornava o mercado de obras contratadas pelo governo cativo às empresas brasileiras e se somava a medidas como financia-

mentos facilitados e isenções fiscais concedidas nos anos 1970. A ditadura também direcionou boa parte do Orçamento público para investimentos, na forma de rodovias, usinas hidrelétricas e outras obras de infraestrutura, em detrimento dos gastos nas áreas de saúde e educação.

Essas políticas fizeram com que a

mificação das suas atividades para outros ramos econômicos e também um processo de internacionalização, com a realização de obras em outros países, processo esse que desde aquela época contava com franco suporte governamental na forma de ação diplomática, financiamentos facilitados e outras garantias assumidas pelo Estado brasileiro.

A ditadura não beneficiou esses empresários apenas nas políticas endereçadas diretamente às construtoras. Também as políticas direcionadas à classe trabalhadora incorreram em favorecimento aos donos dessas empresas. A repressão aos sindicatos, o desmantelamento de centrais e a perseguição a líderes operárias inibiram a organização coletiva e as reivindicações dos trabalhadores. A ditadura promoveu um arrocho salarial que rebaixou custos para os empresários, em detrimento das condições de vida dos operários. Por

fim, o Estado brasileiro pouco fiscalizou e puniu empresas que não cumpriam os requisitos básicos de segurança no ambiente de trabalho. Isso fez com que houvesse uma escalada sem precedentes dos acidentes de trabalho no período, muitos deles letais. O Brasil assumiu a liderança mundial



SHUTTERSTOCK

ditadura fosse um momento excepcional para os empresários da construção civil. Suas empresas cresceram como nunca naquele período e assumiram dimensões impressionantes, tornando-se algumas das maiores firmas do país. Não à toa, já naquela época iniciaram um processo de ra-

nas estatísticas desses acidentes e a construção civil era o setor líder de mortes e operários feridos entre os diferentes ramos econômicos.

Esses empresários souberam fazer a transição para o regime constitucional inaugurado em 1988. Apesar da diminuição do mercado de obras públicas nos anos 1980 e 1990, eles, de forma organizada e muitas vezes coletiva, mudaram suas formas de atuação de modo a manter o peso econômico e político que tinham alcançado durante a ditadura. Assim, se ao longo do regime ditatorial as atenções dessas empresas estavam voltadas para o Poder Executivo e a interlocução com os militares, com a transição política esses empresários ampliaram sua atuação levando-a ao parlamento, aos partidos e à imprensa. Passaram a se colocar como importantes financiadores de campanhas eleitorais e a atuar intensamente na tramitação do Orçamento público, sugerindo emendas parlamentares com projetos de obras. Com essa atuação, os empreiteiros se credenciaram para serem atores decisivos no exercício do poder no Estado capitalista brasileiro com a Nova República.

O poder desses empresários causa uma série de deformidades no Brasil. Ao financiar eleições, juntamente com outros capitalistas, os empreiteiros se colocam como agentes que governam

junto com os candidatos eleitos. Sua atuação é multipartidária, de modo a ter influência e peso político em qualquer que seja o ambiente decorrente das eleições. Por fim, a situação das obras públicas no Brasil pode ser considerada uma catástrofe, já que elas são caras, têm má qualidade, atrasam e muitas vezes não correspondem às

operários e seguir o cronograma traçado, sem pressionar por verbas excepcionais conforme o prazo político da obra. Por fim, uma empreiteira pública poderia atender as demandas efetivas da população brasileira, na forma de obras nas áreas de educação, saúde e saneamento. As empresas públicas brasileiras mostram que o discurso

neoliberal é falacioso, pois elas são eficientes e dispõem de excelente quadro técnico.

A esquerda e as forças críticas da sociedade devem discutir o poder dos empresários e a escalada do poder econômico sobre a coisa pública no Brasil. Devem também desenvolver propostas de políticas para o país, de modo a constituir um programa que forneça soluções para os graves problemas nacionais. O momento político forjado pela Operação Lava-Jato propiciou um enfraquecimento político dos empreiteiros. Talvez essa seja justamente a conjuntura mais adequada para se discutir a forma

como se realizam as obras públicas no país, com propostas para a questão. A proposição de criação de uma empresa pública de obras públicas pode ser um caminho nesse sentido.

Se ao longo do regime ditatorial as atenções dessas empresas estavam voltadas para o Executivo e a interlocução com os militares, com a transição política elas ampliaram sua atuação levando-a ao parlamento, aos partidos e à imprensa

prioridades defendidas pela população brasileira.

Há algo que amedronta imensamente os empreiteiros: a existência de uma empresa pública de obras. Historicamente eles se opuseram a iniciativas nesse sentido, já que uma empreiteira pública poderia executar obras a preços bem mais baixos que as empresas privadas. Poderia também usar material de mais qualidade, tratar melhor os



* Professor do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ

Uma luta que é comum

Gilmar Mauro*

Para entender a questão agrária hoje e os desafios que estão colocados não apenas para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas para o conjunto da classe trabalhadora e a sociedade, é necessário resgatar o fato de que no Brasil, como em parte da América Latina, o processo de desenvolvimento sobre a base da brutal destruição de populações e de recursos naturais impacta a economia, mas também a conformação social, cultural, artística e de identidade. O fio histórico-político que aprisiona uma das

dez maiores economias do mundo à condição de exportadora de matérias primas e a uma industrialização em aliança com os sistemas oligárquicos tem impactos profundos do ponto de vista da formação de nossa sociedade.

A luta pela terra, que se colocou desde a resistência indígena, o Quilombo dos Palmares, Canudos e Contestado, deu um salto com as Ligas Camponesas. Mas este processo foi interrompido com o golpe militar.

O projeto de desenvolvimento da agricultura brasileira da ditadura deveria cumprir quatro funções:

1) Continuar produzindo para exportação;

2) Produzir matérias primas para o mercado;

3) Produzir alimentos;

4) Liberar mão de obra do campo para a cidade.

É o tempo da revolução verde das décadas de 1960 e 1970, quando a expressiva produção de maquinaria e agroquímicos possibilitou o desenvolvimento agrícola sem a necessidade da reforma agrária.

O tema só voltará à pauta nacional de forma relevante com o surgimento do MST, em 1984, e até o início dos anos 2000, quando o governo Fernando Henrique decreta a moratória técnica da dívida brasileira. Mas retoma o processo de investimentos na agricultura com vários programas, na tentativa de equilibrar a balança comercial brasileira. Só que isso se dá sob a base de uma nova reorganização da agricultura, que passa novamente a cumprir o papel de exportadora de matérias primas.

O governo Lula dá continuidade a esse modelo, em um cenário internacional de elevação dos preços das *commodities*, priorizando investimentos na modernização da agricultura para exportação.

Nesse processo, a agricultura deixou de ser o espaço do fazendeiro, do pro-



ARQUIVO MST

Um novo paradigma agroecológico depende da aliança entre trabalhadores da cidade e do campo

dutor agrícola ou do latifúndio só, e se transformou em mais um espaço de valorização do capital como qualquer outro. Sobrando dinheiro no mercado internacional, que tinha excesso de liquidez, o capital internacional passa a comprar terras e investir na agricultura, que hoje é controlada por grandes grupos oligárquicos do capital financeiro internacional não só em toda a cadeia produtiva, como também na comercialização.

Há um crescimento econômico sustentado em três aspectos fundamentais: um aumento da demanda externa por commodities e a consequente elevação dos preços; o investimento público; e

a criação de um mercado de massas. O Estado passa a investir na economia financiando empréstimos, de grupos empresariais a habitações populares. Grandes fusões, como a Sadia/Perdigão, se dão nesse período. E mesmo com muito endividamento, o mercado de massas estimulou o crescimento econômico e uma situação de pleno emprego, muitas vezes precarizado, mas com elevação dos salários inclusive.

Esse elemento em particular diminuiu a demanda da luta pela reforma agrária. Muitas pessoas que viam as ocupações dos sem-terra como alternativa passaram a trabalhar na cidade, principalmente na construção civil.

Compreender esse processo é importante para entender por que o debate político do MST sobre a questão agrária se altera a partir do novo milênio, passando da defesa de uma reforma agrária mais ou menos ao estilo distributivo-productivista clássico para a luta por um modelo de desenvolvimento agroecológico.

Apesar de todas as dificuldades, o MST vai continuar ocupando terras, como forma de luta e de pressão. Porém, cada vez mais, terá que conjugar a luta econômica com a luta política. Até porque se os movimentos sindical e sociais se restringem a uma condição de luta economicista, os partidos

Apesar de todas as dificuldades, o MST vai continuar ocupando terras, como forma de luta e de pressão. Porém, cada vez mais, terá que conjugar a luta econômica com a luta política

O aquecimento global e a falta de água em São Paulo e em outros estados são processos que têm se intensificado em grande medida pela ação da indústria automotiva e petrolífera, mas também do agronegócio

políticos distantes da realidade social caem em um processo de burocratização. E estamos assistindo a isso: partidos extremamente burocráticos, sem referência para discutir a problemática social, e movimentos sociais extremamente economicistas, caindo num reformismo ideológico e negociando absolutamente tudo em troca de pequenas coisas.

Com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura plenamente consolidado, é necessário lidar com o fato de que a reforma agrária passa a ser não só uma questão dos sem-terra e dos movimentos camponeses, mas precisa ser discutida com toda a sociedade. Isso significa discutir o modelo agrícola,

o modelo de sociedade, a economia, o modo de produção, a lógica e ordem do capital. Não à toa a criminalização da luta volta a se acirrar, como temos visto nos ataques aos povos indígenas em todo o país, e na chacina que tirou as vidas de dez trabalhadores em Paud'Arco no Pará, quando se completam 21 anos do massacre de Eldorado dos Carajás sem que os responsáveis tenham sido devidamente punidos.

Para fazer esse debate com a sociedade, precisamos pautar pelo menos três questões fundamentais. A primeira delas é debater que tipo de uso nós queremos dar ao solo, à água, aos recursos naturais e à biodiversidade? Se é o uso que estamos dando hoje, não

precisamos mais de reforma agrária. O capitalismo resolve esse problema. No entanto, precisamos ter a clareza de que esse uso expulsa o campesinato, concentra riqueza e terras e é extremamente degradador do meio ambiente e de todos os recursos naturais. O aquecimento global e a falta de água em São Paulo e em outros estados são processos que têm se intensificado em grande medida pela ação da indústria automotiva e petrolífera, mas também do agronegócio. Ao exportar soja e carne, na verdade estamos exportando a água e luminosidade, coisas que não se tem como recuperar. E à medida que a nossa economia se torna mais dependente disso, num processo es-





trutural que vem desde a nossa colonização, o impacto ambiental está sendo sentido já hoje, além do envenenamento e daquilo tudo que a gente conhece, toma dimensões catastróficas.

A segunda questão fundamental é o tipo de comida que queremos consumir? No modelo atual até mesmo a pequena agricultura está submetida à lógica e à ordem do capital. O pequeno agricultor tem a impressão de ter autonomia, mas produz o que o mercado quer, submetido à lógica da grande produção. É como se fosse um produtor assalariado, só que muitas vezes com mais precariedade do que um assalariado direto. E a padronização do tipo de alimentação consumida restringe cada vez mais a variedade.

Se na Idade Média a sociedade con-

sumia mais de mil tipos de produtos diferentes, hoje 80% da alimentação mundial se resume a quatro ou cinco produtos (arroz, carne, soja, milho e trigo). Esse é o padrão mundial de comida, e isso a ordem do capital consegue resolver sem necessidade de reforma agrária. Agora, se é isso, temos que ter clareza que o processo de contaminação pelos agrotóxicos não é só um processo de contaminação para aquele que produz, mas também do solo, da água, de todos os recursos naturais. É um processo de contaminação para o ser humano. Além do câncer, há estudos efetivos que apontam para o fato de que a dislexia e o autismo, entre outros problemas de saúde, são insumos agroecológicos e tecnologia que garantam produtividade sem impactar tão gravemente o meio ambiente.

Isso implica a necessária mudança não só do modelo agrícola, mas do modelo econômico.

Não vai haver reforma agrária se não houver uma alteração na estrutura de poder, e para alterar a estrutura de poder é preciso reconstruir alianças com o conjunto da classe trabalhadora.

Assim, a reforma agrária não vai ser mais resolvida só com a ocupação, vai ter que ganhar outro espaço de debate político com os demais setores da classe trabalhadora e na sociedade.

Edição de Luciana Araújo a partir de uma palestra do autor, que revisou e aprovou o texto final



***Dirigente nacional do MST**

Não generalizem o campo evangélico

Henrique Vieira*

Não generalizar o(a)s evangélico(a)s é uma tarefa essencial para a esquerda contemporânea. Entender que nem todos eles e elas são conservadores é uma demanda urgente. Sabemos que há um setor religioso extremista, fundamentalista e com forte poder político, econômico e midiático, que efetivamente representa um risco à democracia, aos direitos humanos e à diversidade. Este segmento se constitui, cada vez mais, como projeto político partidário, ocupando espaço nos poderes legislativos e executivos. Esse campo, de fato, precisa ser denunciado e pedagogicamente enfrentado. Mas, para isso, é preciso perceber que não se trata da totalidade e não representa a pluralidade da experiência evangélica no Brasil e no mundo.

O primeiro passo para essa compreensão é ter uma noção da história do



Lutero

campo evangélico, que nasce das Reformas Protestantes dos séculos XV e XVI a partir de um racha dentro do catolicismo romano. É preciso falar em reformas, no plural mesmo, porque já ali existiam diferentes manifestações teológicas, políticas e territoriais. Aconteceram rachas dentro da nobreza e expressões mais radicais

entre os camponeses. Em todo caso, existia uma crítica à hierarquização, ao monopólio sobre a leitura bíblica e um fomento à liberdade de consciência e ao acesso do povo aos textos sagrados. O termo “evangélico” tinha relação com aquilo que deriva do Evangelho, da qualidade do Evangelho em protesto contra dogmas que exploravam os fiéis, em sua maioria pobre. É dessa raiz que nascem o protestantismo histórico ou clássico e, posteriormente, inúmeras outras vertentes.

Este protestantismo chega mais forte

e de forma mais organizada ao Brasil no século XIX. A primeira onda protestante é conhecida como Protestantismo de Imigração, representada especialmente por anglicanos e luteranos. Esta vertente não apresentava um ideal de evangelização, ou seja, não vinha para o Brasil tendo a conversão como objetivo, mas, basicamente, buscava

terra, trabalho e renda. Posteriormente, no contexto do fim do século XIX e do início do século XX, surgiu a onda conhecida como Protestantismo de Missão, isto é, com objetivo de evangelização em terras brasileiras. São expressões dessa vertente as igrejas Batista, Presbiteriana, Congregacional e Metodista.

Em 1910 aparece a primeira onda pentecostal, especificamente em Belém do Pará, com uma liturgia mais renovada e com o fenômeno litúrgico das línguas estranhas, não inteligíveis à compreensão humana. O maior exemplo desta vertente é a Igreja Assembleia de Deus (atualmente a maior denominação evangélica do Brasil). Posteriormente, na década de 80, ganha força o movimento neopentecostal, que tem como características específicas a teologia da prosperidade e a ênfase em curas e milagres. O maior exemplo desta vertente é a Igreja Universal do Reino de Deus.

Este breve e resumido histórico é apenas para demonstrar como, desde o início e por natureza, o campo evangélico é difuso, diverso, repleto de variações e não cabe em uma formulação única. Esse segmento religioso é o que mais cresce no Brasil, especialmente entre as camadas populares. A Frente Parlamentar Evangélica é a

que mais cresce, demonstrando cada vez mais influência no cenário político nacional. Está posto o desafio, e generalizações não contribuirão para enfrentá-lo.

Cabe afirmar que também existem muitos movimentos organizados dentro do campo evangélico vinculados à luta por democracia, garantia de direitos humanos, laicidade do Estado e

cas foram militantes contra a ditadura civil-militar brasileira.

Na atualidade existem movimentos como a Frente Evangélica pelo Estado de Direito, a Frente Teológica Latino Americana (FTL), o Coletivo Esperançar, o Coletivo Entre Nós, a Rede Fale, entre outras expressões organizadas, além de igrejas locais comprometidas consciente e programaticamente com

pautas populares. Existem diferenças entre estas organizações, mas há um fio condutor comum que aponta para o compromisso político com a democracia, a justiça social e o combate à desigualdade e à concentração de riquezas. Dentro do campo evangélico, desde a década 1970, existe também a chamada Missão Integral, perspectiva teológica que busca uma abordagem bíblica que compreende e valoriza a integralidade da experiência humana. Seu lema é "O Evangelho todo, para o ser humano todo e para todo ser humano". Isto sig-



REPRODUÇÃO

Calvino

promoção da justiça social, bem como ao combate à intolerância religiosa. Um exemplo histórico foi o Congresso "Cristo e o processo revolucionário brasileiro", realizado em 1962, em Recife. Naquele contexto havia uma posição daquele campo evangélico em apoio às reformas de base do governo Jango. Inúmeras lideranças evangéli-

nifica que o Evangelho não pode ser apático diante das questões sociais, pois elas são partes importantes e constitutivas da vida. A Missão Integral não tem um conteúdo revolucionário, mas certamente apresenta uma significativa possibilidade de diálogo com todos e todas que desejam a construção de uma sociedade social-

mente mais justa e equilibrada.

Contudo, para além desse campo mais organizado, considero importante olhar com cautela para a espiritualidade evangélica que se desenvolve no dia-a-dia em nosso país. Por que cresce tanto? Existiriam nessa experiência dispositivos progressistas e rascunhos de resistência? Acredito que sim. Um espírito comunitário sobrevive em muitas igrejas hoje. Em uma sociedade individualista, pautada pela competição, pela concorrência, pelo medo e pela perda de laços de afetividade, muitas igrejas ainda se afirmam como espaços de convivência, comunhão, escuta, diálogo, percepção e acolhimento de dilemas pessoais e coletivos. Há horizontalidade e empoderamento de individualidades esquecidas. Muitas pessoas marginalizadas na socie-

dade por sua cor, renda e endereço encontram em diversas comunidades de fé um espaço de autoafirmação, de fala, de valorização das suas vidas. Vale lembrar que o segmento evangélico cresce especialmente nas camadas populares e empobrecidas da sociedade brasileira.

Estas observações não têm por objetivo, em hipótese alguma, negligenciar que existe um extremismo evangélico de veia patriarcal, racista e lgbtfóbica, com graves e perversos efeitos em nossa sociedade. É preciso apontar que o conservadorismo não é monopólio ou exclusividade dos evangélicos, mas representa um pensamento do senso comum da sociedade brasileira. O desafio é grande e percebê-lo não deve nos desanimar, mas, sim, ampliar nossa capacidade de enfrentar as

intolerâncias e prosseguir na luta. É preciso furar o bloqueio, vencer o estigma, compreender a complexidade desse campo, estabelecer pontes pedagógicas e incentivar a formação de quadros em nosso partido capazes de produzir esta síntese e atuar no trabalho de base e pela base. A consolidação de uma polarização esquerda versus evangélicos não é coerente, nem frutífera ou estratégica. Tal polarização cria um obstáculo para o avanço de pautas populares, além de não ser condizente com a realidade.

Ainda é preciso, no esforço deste texto e na condição de teólogo e pastor, resgatar a memória histórica e subversiva de Jesus Cristo de Nazaré. Como afirma dom Pedro Casaldáliga, em Jesus, Deus se fez carne e se fez classe. Para os cristãos e as cristãs, Je-

O desafio é grande e percebê-lo não deve nos desanimar, mas, sim, ampliar nossa capacidade de enfrentar as intolerâncias e prosseguir na luta. É preciso furar o bloqueio, vencer o estigma, compreender a complexidade desse campo, estabelecer pontes pedagógicas





A despeito dos coronéis da fé, mercadores da religião que enriquecem às custas do sofrimento do povo, e (...) dos fiscalizadores dos corpos (...) existem e resistem evangélico(a)s lutando pela democracia e pelo Estado laico

sus é o próprio Deus assumindo a história, a corporeidade, a humanidade. Qualquer expressão teológica que se afaste dessa dimensão concreta e política da vida vai contra o espírito mais original do Evangelho. Como afirma Leonardo Boff, “Jesus foi tão humano que só podia ser Deus”. Isto significa que a espiritualidade cristã tem os pés na terra, na dimensão popular.

Além disso, cabe lembrar que Jesus foi pobre, andou com os miseráveis, amaldiçoados e excluídos da sua época; condenou o acúmulo de riquezas e venceu preconceitos históricos. Foi preso, torturado e assassinado por subversão pelo Império Romano, a pedido de uma elite religiosa que o considerava herege e desviado. Em outras palavras, Jesus foi vítima da raiva dos fundamentalistas, do próprio Estado e dos religiosos que se sentiam donos, defensores e procuradores de Deus na

terra. A vida de Jesus aponta para um compromisso radical com os pobres e com os corpos vítimas de violência, tortura e exploração. A origem do Evangelho é popular, periférica, antissistêmica. É desconfiada e desapegada das estruturas de poder, pautada em vínculos comunitários. Resgatar essa dimensão é desmontar o castelo fundamentalista e isso se faz necessário, especialmente em nosso tempo, para defender a democracia, celebrar a diversidade, enfrentar discursos de ódio e afirmar uma prática de amor e o amor como prática.

A despeito dos coronéis da fé, mercadores da religião que enriquecem às custas do sofrimento do povo, e independentemente dos fiscalizadores dos corpos, mais apegados a uma doutrina do que à dignidade humana, existem e resistem evangélico(a)s lutando pela democracia e pelo Estado laico.

Irmãos e irmãs combatendo o racismo e afirmando que a Bíblia é um livro negro, apesar da interpretação tantas vezes branca e racista. Irmãs lutando contra o patriarcado e o machismo, tão presentes no cristianismo institucional. Irmãos e irmãs lutando contra o preconceito que impõe sofrimento e mata LGBTs todos os dias. Irmãos e irmãs que, a partir da sua fé, lutam por terra, moradia, direitos, cidadania e pelo pão de cada dia. Na base de muitos movimentos sociais, como MST e MTST, existem evangélicos e evangélicas nas lutas.

Enfim, é essencial não generalizar o campo evangélico e pedagogicamente partir para o encontro, para o diálogo e para a luta popular.



*Teólogo, pastor da Igreja Batista do Caminho, militante do PSOL

RACISMO, IDEOLOGIA E

Silvio Luiz de Almeida*

O ponto de partida para a compreensão do problema racial é entender que a ideia de "raça" é uma construção política e que tem um papel determinante nos processos de reprodução social. Isso significa dizer que, em uma sociedade em que as condições econômicas e os espaços de decisão política são estruturados pela desigualdade, a raça, ou mais precisamente, o processo sistêmico de discriminação racial a que chamamos de "racismo", é um fator historicamente intrínseco à sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, o racismo confere sentido às desigualdades que constituem a sociedade capitalista, sendo-lhe não uma anomalia, mas um dos modos de regulação mais importantes. São imprescindíveis às sociedades mecanismos institucionais de controle e estabilização capazes de estabelecer normas e impô-las mediante o uso da força quando necessário. A grande questão é que aquilo que aqui chamamos de regulação não envolve apenas regras explícitas ou de natureza jurídica. A noção de regulação contempla regras "ocultas", "não escritas", ilegais por vezes, mas que são, no mínimo toleradas, visto que sua existência é importante para a manutenção de

Zumbi dos Palmares



ECONOMIA POLÍTICA

determinada ordem social, por mais desigual e até injusta que esta possa parecer. O apartheid sul-africano, a segregação racial nos EUA, o racismo científico na República Velha e, depois, a ideia de democracia racial no Brasil são exemplos de como a formação dos sistemas políticos e econômicos dos mencionados países não podem ser entendidos sem o racismo de Estado.

Por esse motivo é que afirmamos que qualquer programa ou estratégia política de superação dos problemas nacionais envolve uma inadiável reflexão que parta de duas afirmações sobre a questão racial:

a) o racismo não se resume ao problema da “raça”;

b) a economia política é também uma questão de identidade e de cultura.

O racismo não se resume ao problema da raça

O racismo, enquanto processo, opera nos campos subjetivo e objetivo. No campo subjetivo, o racismo se configura como ideologia, que não se entende aqui como forma de ocultação ou desvio da realidade, mas como o sentido com que as práticas materiais chegam à consciência. A cor da pele não é a raça; a raça é o sentido socialmente atribuído à cor da pele. Portanto, não é automática a associação entre “pele

escura” e “pobreza”; é preciso que mecanismos ou “aparelhos” (meios de comunicação, escolas, associações religiosas) criem socialmente o “negro” e o “branco”, ou em outros termos, criem a ligação “natural” e até inconsciente entre determinadas características biológicas e/ou culturais e privilégios ou desvantagens sociais.

A clivagem racial ganha concretude e se reproduz por meio das instituições. O racismo é institucional na medida em que só organizações são capazes de conter fatores de poder que sustentem a desigualdade racial em nível sistêmico. E o Estado é a principal delas. Como a forma política da sociedade capitalista, cabe ao Estado manter a coesão de uma sociedade marcada por conflitos e antagonismos que lhe são inerentes: uma sociedade de indivíduos, que se dividem em classes, essas classes em grupos nacionais, raciais, sexuais etc. O racismo, tal como o sexismo, “normaliza” o fato de que algumas pessoas ganharão menos, serão mais exploradas, não serão ouvidas ou representadas nos espaços de decisão ou, ainda, que suas mortes não causarão qualquer tipo de comoção. Por isso, a questão do racismo vai além do problema da raça: é uma questão de economia política.

A economia política é uma questão de identidade

Com efeito, não se pode negar que há uma economia política do racismo. Tomando-se como exemplo a história do Brasil, nota-se que os “intérpretes do Brasil”, inclusive os conservadores e reacionários, sempre tiveram a questão racial como um dado referencial. Autores do século XIX como Nina Rodrigues, Silvio Romero e Alberto Torres, ainda que de modo distinto, colocaram a questão do negro como uma discussão urgente do debate nacional. O mesmo se passou com os ensaístas dos anos XX – com destaque para Oliveira Vianna – que inseriram a raça no centro do debate sobre a formação do Estado e a inserção da sociedade brasileira no capitalismo mundial. Já nos anos 30, temos a referência máxima de Gilberto Freyre. Sobre este autor é importante que se diga que resumir suas ideias à “democracia racial” só serve para simplificar uma obra que, sem negar o racismo nela contido, tem propósitos políticos e econômicos muito mais sofisticados.

O que Freyre propõe em sua vasta obra é uma conciliação entre a burguesia agrária e a nova burguesia industrial que se formava a partir da relação entre “o moderno e o rústico”, que

serviria para alertar sobre os perigos de reformas sociais profundas que, sob o pretexto da “modernização”, poderiam comprometer a “democracia racial” já existente. O que se quer evidenciar aqui com o exemplo brasileiro é que o racismo brasileiro não é o resultado de um bando de ignorantes e irracionais, mas sim, uma construção ideológica e de prolongamentos institucionais que até hoje nos conduzem.

A pobreza, a violência e a aparente falta de alternativas para superar estas condições encontram forte apoio em uma sociedade que se “acostumou” a ver negros afundando na miséria ou no próprio sangue sem sequer levantar a sobrançelha. Uma sociedade racista não pode lutar contra uma reforma trabalhista que atingirá principalmente pessoas que nunca se parecem com um professor universitário, um advogado, um médico, um juiz,

A pobreza, a violência e a aparente falta de alternativas para superar estas condições encontram forte apoio em uma sociedade que se “acostumou” a ver negros afundando na miséria ou no próprio sangue sem sequer levantar a sobrançelha

um promotor, um empresário ou um líder político. A terceirizada não é a pessoa que senta à mesa ou que dá ordens e nem com esta se parece; a terceirizada é, em geral, a pessoa negra, a “tia da limpeza ou do café”, o tipo da pessoa para quem fazer mal não tem consequências. É a mesma mulher negra que quando tem seu filho adolescente assassinado pela polícia fica ajoelhada sobre o corpo com a carteira de trabalho do morto para provar que ele “não era bandido” e que “não merecia morrer”.

Só o racismo nos permite constatar com normalidade que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, segundo o Mapa da Violência de 2014. Não há como mobilizar as pessoas contra uma reforma da Previdência que fulminará quem ganha baixos salários, trabalha a maior parte da vida na informalidade, é mulher e

MÍDIA NINJA





muitas vezes tem a vida tão degradada que não passa dos 60 anos. E a grande maioria dessas pessoas é negra. Só em uma sociedade racista uma emenda constitucional como a 95/2016 – que limita gastos públicos nos próximos 20 anos, o que atingirá serviços públicos essenciais como saúde e educação – é aprovada sem um debate amplo, pois o racismo é um impeditivo da construção de qualquer processo democrático.

Qualquer projeto realmente transformador no Brasil, especialmente um projeto de cunho socialista, terá que contemplar prioritariamente a questão racial. Não se trata de “identitarismo” ou transigências com a pós-modernidade, discurso que tem sido repercutido até por pessoas “progres-

sistas” que, mais atravessadas pelo racismo mais do que são capazes de reconhecer (o racismo como ideologia se manifesta no inconsciente), não compreendem que tal como a economia e a política, o processo de constituição da subjetividade é estrutural.

Não se espere que um jovem negro, cuja preocupação central é não tomar um tiro nas costas, engaje-se na construção de uma “pauta” progressista que não trate a sua vida e o seu futuro como algo fundamental. Não existe possibilidade de construção, seja de um projeto nacional, seja de socialismo ou de liberdade, se as determinações da realidade racial não estiverem na ordem do dia e no horizonte dos que pensam a conjuntura social. É ne-

cessário conquistar corações e mentes para mobilizar as energias sociais que nos impulsionem para uma verdadeira transformação. No caso de uma sociedade racista como a brasileira, mais do que conquistar corações e mentes, a tarefa é preservar os corpos. Como escreveu Florestan Fernandes em *O significado do protesto negro*, “a raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe”.



*** Pós-doutor em filosofia e teoria geral do direito pela Faculdade de Direito da USP. Presidente do Instituto Luiz Gama. Advogado e professor.**



Mais Lenin, ... além de Gramsci

Milton Temer*

Crise no capitalismo é também o momento em que se define uma de duas opções. Ou bem um freio de arrumação ou bem um salto qualitativo progressista na organização social

"Na verdade, tem havido uma luta de classes nos últimos 20 anos, e a minha classe venceu. Nós é que tivemos nossos impostos reduzidos significativamente."

Warren Buffet

(megaoperador da globalização especulativa)

Capitalismo é crise. Capitalismo é corrupção. Não são acidentes de percurso. São partes inerentes ao regime.

Inevitável a crise, pela superprodução de mercadorias e superacumulação de capital. Pelo subconsumo por conta da exploração cada vez necessariamente mais intensa da mais valia do trabalhador. Pela diminuição da taxa de lucro consequente da concorrência entre as corporações, na disputa predatória de mercados consumidores.

De uma forma ou de outra, ou por todas simultaneamente, a crise existirá enquanto existir o capitalismo.

Inevitável também a corrupção. É produto "natural" da busca crescente de aumento de "competitividade" no vale-tudo do confronto intraclasse, quando todos se igualam na superexploração da mais-valia ou do trabalho escravo. A saída é pela sonegação de tributos, no dribble da lei – um dado a mais no estabelecimento de diferenças que se dará na maior ou menor competência dos seus "departamentos financeiros".

Mas crise no capitalismo é também

o momento em que se define uma de duas opções.

Ou bem um freio de arrumação ou bem um salto qualitativo progressista na organização social.

Freio de arrumação entre os membros e instituições da classe dominante, por meio de fusões de corporações, ou pela utilização do Tesouro nacional para manter de pé e mais forte ainda o



sistema financeiro privado.

Salto qualitativo progressista, quando os de baixo se dão conta de que os de cima não têm mais condições de se manter hegemônicos apenas com pequenas concessões. Quando os de baixo se dão conta de que podem impor reformas profundas, estruturais, que abram caminho para uma sociedade

qualitativamente mais justa e democrática, através da desconstrução e superação do regime vigente.

Mas por que a segunda hipótese não é a que se afirma de forma mais consistente? Por que são os agentes responsáveis pela crise que terminam, com algumas exceções, por fazer prevalecer sua hegemonia?

Uma explicação está certamente na

diferença de dinâmicas na luta de classes.

O desenvolvimento das forças produtivas se dá de forma muito mais acelerada do que a formação da consciência das classes trabalhadoras quanto a seu papel de agente contestador e transformador da realidade.

Na disputa do excedente da produção econômica – a luta de classes – leva vantagem, no momento da bola dividida, aquele que já está há mais tempo no controle do jogo. Tarefa facilitada à burguesia pelo controle dos aparelhos administrativo e repressivos do Estado. Ela joga de beque parado na defesa do status quo.

Já as classes traba-

lhadoras têm que romper uma muralha, faina bem mais difícil, antes de tudo pelo que necessitam organizar no que antes era fragmentado. A sociedade civil, nos momentos de chapa quente, em grande parte sabe o que não quer. Mas se divide sobre alvos diferentes no momento de definir o que pretende construir no lugar da socie-

dade que quer superar.

Interesses localizados, pautas sindicais ou identitárias, aceitas pelos de cima, terminam por operar como amortecedores, ao invés de propulsores do movimento.

Quando é que tal lógica se rompe? No passado e mesmo no presente, exemplos se afirmam.

Ou bem de forma completa, em processos revolucionários – Rússia bolchevique de Lenin, China de Mao, Cuba de Fidel Castro – ou bem em processos institucionais em andamento no contexto mais presente – Podemos, de Iglesias, na Espanha; esquerda socialista nos Democratas americanos, de Bernie Sanders; Labour inglês, onde o socialista Jeremy Corbyn derrotou as correntes neoliberais herdeiras de Tony Blair; Jean Luc Mélenchon, com o France Insoumise. (França Insuubmissa), unindo o Partido Comunista Francês, o Parti de Gauche e os Independentes do campo de Esquerda, no país da primeira grande revolução popular vitoriosa.

Em ambos os casos – processos insurrecionais ou disputas institucionais – o fato marcante é a existência de uma liderança clara, representativa, até carismática. Individual ou partidária. Uma liderança capaz de formular propostas que não se mantêm na fronteira do palatável ao senso comum do conjunto de segmentos sociais alienados, sobre os quais a burguesia exerce sua opressão nas diversas

intensidades. Principalmente pela intoxicação doutrinária, via meios de comunicação.

É na capacidade de contestar o regime em sua essência, portanto; de identificar as sequelas com a natureza própria do desenvolvimento capitalista, que a alternativa de esquerda mais avança.

Ou seja, não é com promessas de reformas paliativas, limitadas a reinvin-

te, com exemplos práticos.

Tomado particularmente, o exemplo de Bernie Sanders, por mais inesperado, vale atenção especial. Porque quem se debruça sobre a história dos Estados Unidos depois que seu combativo movimento sindical do início do século XX foi cooptado ideologicamente, sabe que falar em socialismo se tornou autoflagelação. Suicídio político e eleitoral.

Mas a partir de 2008, com a quase derrocada dos grandes bancos, por conta de suas criminosas operações especulativas na globalização financeira, o rei ficou nu, as vísceras do regime ficaram expostas, abrindo espaço para a viabilidade crescente de Sanders.

Ele correu o país com o discurso de combate à Wall Street como símbolo de um regime capitalista apodrecido. Falando em socialismo. Não foi ao segundo turno, onde teria tudo para bater Trump, mas afirmou um espaço político que não deixará de se ampliar ao se considerarem os termos em que o autocrático e destempe-

rado governo atual labuta.

É nesse contexto que devemos recorrer à reflexão pioneira de Lênin que, diante de condições adversas, se empenha numa proposta partidária com claro cunho vanguardista em termos de formulação e de organização.

Introduz algo que a vida comprovou ser universal, e que era um passo adiante da concepção que Marx

A partir de 2008, com a quase derrocada dos grandes bancos, por conta de suas criminosas operações especulativas na globalização financeira, o rei ficou nu, as vísceras do regime ficaram expostas, abrindo espaço para a viabilidade crescente de Sanders

dicações nos limites setoriais isoladamente, que o mundo do trabalho vai impedir que a crise promovida pelos capitalistas termine sob controle desses mesmos capitalistas. Ao preço de concessões, é verdade, desde que não lhes abalem as estruturas.

É radicalizando, indo à raiz do problema, o que não tem nada a ver com sectarismo doutrinário, didaticamen-

e Engels tinham da formação do partido operário.

Lênin reconhecia que a consciência da transformação de “classe em si” para o de “classe para si”, que o próprio proletariado em sua vocação tradeunionista não era capaz de concretizar, tinha que vir de fora. Tinha que vir de uma intelectualidade conquistada ideologicamente para o embate revolucionário.

Mas é principalmente nas suas Teses de Abril que ele comprova o papel de uma liderança com clareza do movimento tático necessário no momento histórico dado. Compreendeu que os poucos avanços do governo Kerensky, apoiado pelos mencheviques, apenas adia o processo de restauração da dominação burguesa na sucessão do czarismo. E, mesmo com enormes resistências da direção bolchevique, insistiu e provou na prática a correção de sua formulação teórica. Suas teses se comprovaram na Revolução de Outubro.

Apologia do “cesarismo”, do líder carismático iluminado, que Gramsci vem a considerar nos seus Cadernos?

Pode ser. Mas sem esquecer que o mesmo revolucionário sardo trabalhava sobre dois aspectos desse conceito – “cesarismo positivo” e “cesarismo negativo”.

O primeiro, marcando avanços, saltos de qualidade na organização social. Que ele exemplifica no próprio César, da Roma Antiga, e em Na-

poleão I, na decomposição dos regimes feudais pelo continente, após a Revolução Francesa.

Poderíamos ter tido sua aplicação no Brasil contemporâneo com a eleição de Luís Inácio em 2002. Desde, é claro, que ele tivesse seguido a história programática do PT, e não tivesse se submetido à aplicação do pacto conservador de alta intensidade onde se viu seu governo pretensamente

popular-democrático
submetido à
tríade



maldita do grande capital – bancos, empreiteiras e agronegócio.

Quanto ao negativo, está aí o que vivemos no Brasil, com o governo Michel Miguel, e com a parceria criminosa pmdb/psdb, tentando impor seu pacote de contrarreformas.

Distintamente de Lula e Dilma, de quem era vice, Michel explicitou um governo de classe. O do grande capital. Um governo de restauração de um retrocesso político-social mais acelerado até do que o imposto pelos tanques

de 64.

É nesse cenário que a Esquerda Combativa, a que não se vendeu nem se rendeu, tem que fazer suas opções.

Ruptura insurrecional, por massas nas ruas conquistando o aparelho de Estado, não é perceptível num país de complexidade e dimensões continentais, de várias “nações” regionais como o nosso. Onde o extrativista da Amazônia nada encontra em comum com o gaúcho do Pampa, nem com o trabalhador dos centros urbanos do Sudeste brasileiro.

É, portanto, pelo mesmo roteiro que levou Lula ao Planalto, entendo eu, que a esquerda deve encontrar o momento de confronto real. Numa campanha presidencial. Porque é nesse momento que o país se concentra na discussão de modelo de sociedade. De regime.

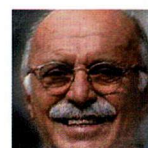
Se chegamos com Lula e fomos frustrados, podemos chegar com alguém que não tenha medo de definir uma alternativa radical, anti-capitalista, não sectária nem isolacionista.

Uma alternativa construída conjuntamente,

com apoio dos segmentos progressistas da sociedade civil mobilizados, para mostrar que outro Brasil é possível.

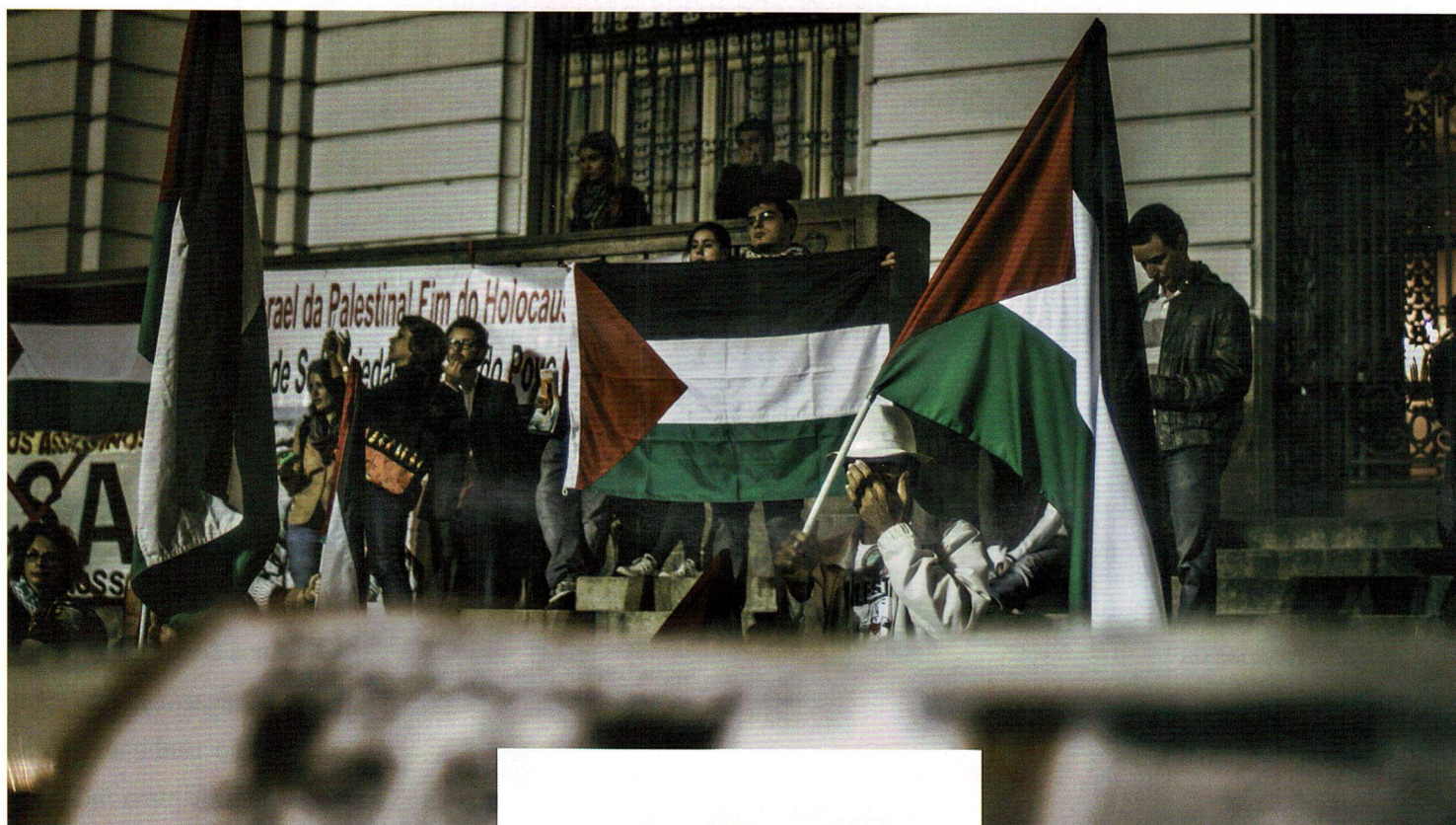
Um Brasil soberano, socialista e sob permanente processo de democratização participativa.

Luta que Segue!!



***Jornalista, membro da direção nacional do PSOL**

A luta na Palestina hoje



Waldo Mermelstein*

Neste ano há várias datas marcantes para a Palestina.

Há cem anos, a Declaração Balfour, da Inglaterra, favorecia a criação de um "lar nacional judaico" para os judeus, que eram 10% da população.

Há 70 anos, a ONU votou a Partilha da Palestina, que dividiu o país dando 51% da área para a minoria judaica que tinha 30% da população.

Logo após, os sionistas iniciavam a **limpeza étnica** que expulsou 80% dos palestinos.

Há 50 anos, em 1967, Israel ocupou "provisoriamente" o restante da Pa-

Israel domina toda a vida na Palestina histórica, aquela do mandato britânico. Metade dos palestinos são refugiados, impedidos por Israel de retornar, apesar das repetidas resoluções da ONU. Outros quatro milhões vivem em um regime colonial

lestina.

A natureza do Estado de Israel
Israel domina toda a vida na Palestina histórica, aquela do mandato britânico. Metade dos palestinos são refugiados, impedidos por Israel de retornar, apesar das repetidas resoluções da ONU. Outros quatro milhões vivem em um regime colonial: na Cisjordânia, cheio de muros, controles militares e 500 mil colonos judeus e em Gaza, numa imensa prisão a céu aberto.

Para se entender como Israel manteve essa situação com o apoio esmagador da maioria judaica é preciso saber como funciona o Estado. Nele, os palestinos são 20% da população. São

cidadãos do Estado, mas a única nacionalidade reconhecida é a judaica, o que é a fonte de todas as discriminações. O país não tem Constituição escrita e uma das leis básicas do Estado é a "Lei do Retorno", que dá aos judeus o "direito" de se tornarem cidadãos de Israel, ao passo que nenhum refugiado palestino o tem. As pesquisas históricas mostram como foram meticulosamente expulsos, mas mesmo se isso não fosse assim, não deveria alterar o seu direito de retorno.

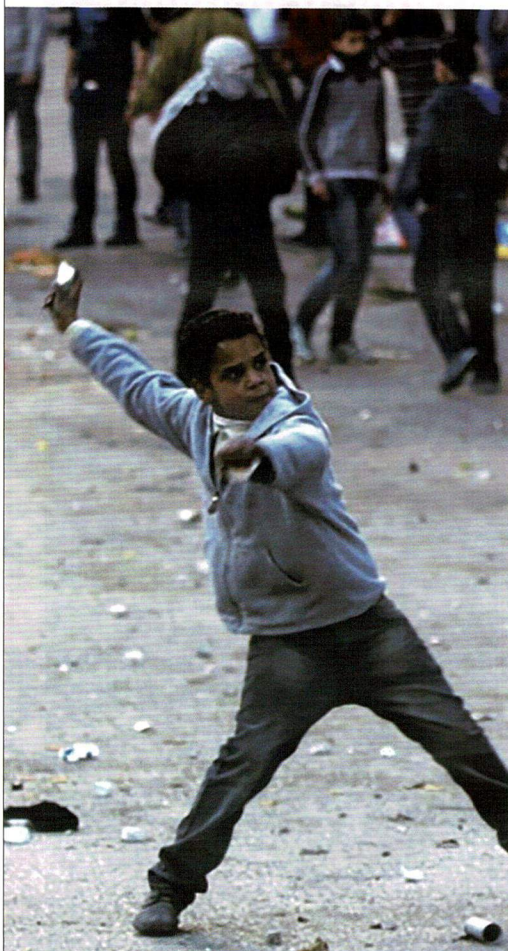
Os palestinos têm direito de voto, mas os partidos que questionam o caráter judaico do Estado são proibidos. Noventa e três por cento das terras são controladas pelo Fundo Nacional Judaico, que proíbe a sua concessão a não judeus. Com o controle das instituições do Estado, os judeus se beneficiam desproporcionalmente dos recursos estatais. O Estado impede a construção ou a expansão de bairros ou de cidades palestinas desde a formação de Israel em 1948, o que explica a frequência das demolições de casas de palestinos. Os "Comitês de Admissão" locais, com maioria judaica, podem vetar legalmente a presença de "indesejados". Cerca de cem mil palestinos beduínos vivem em aldeias "não reconhecidas" pelo Estado, sob constante ameaça de erradicação. Os melhores empregos e os empréstimos habitacionais e educativos são direcionados aos judeus, por meio do pré-requisito de ter servido o exército.

Quanto aos direitos individuais, a discriminação é constante. Por exemplo, as reunificações familiares entre palestinos cidadãos israelenses e os dos territórios ocupados são proibidas por lei. Ou então a repressão brutal quando se solidarizam com os palestinos dos territórios ocupados. As instituições do Estado, em especial as de

A solução para superar a opressão palestina oscila entre duas posições. Há os que propõem dois Estados, de acordo com as fronteiras de antes da guerra de 1967.

Isso seria uma solução injusta, pois deixaria de fora os palestinos de Israel e os refugiados, e levaria à formação de um Estado inviável, dominado pelo vizinho poderoso.

A opção por um Estado democrático é a única que pode restituir os direitos dos palestinos



ABED AL HASHLAMOUN/EFE

segurança, discriminam claramente os palestinos. Basta chegar ao aeroporto de Tel Aviv para se ver isso. Nos territórios ocupados, os colonos são regidos pelas leis israelenses e os palestinos, por leis que remontam ao Mandato Britânico. Além disso, há 6.500 presos políticos palestinos, muitos sem julgamento. Mais de 1.600 deles acabaram de realizar uma greve de fome de 40 dias exigindo condições mínimas dentro das prisões e foram vitoriosos.

Essa é a essência do **regime de apartheid** existente nas fronteiras de Israel. Nelas, o autodenominado Estado "judeu e democrático" só funciona sendo um Estado **democrático para os judeus e um estado judaico para os demais.**

ALTERNATIVAS PARA A PALESTINA

A solução para superar a opressão palestina oscila entre duas posições. Há os que propõem dois Estados, de acordo com as fronteiras de antes da guerra de 1967. Isso seria uma solução injusta, pois deixaria de fora os palestinos de Israel e os refugiados, e levaria à formação de um Estado inviável, dominado pelo vizinho poderoso. Creio que a opção por um Estado democrático é a única que pode restituir os direitos dos palestinos.

Em qualquer caso, o tema dos refugiados e seus descendentes é essencial e eles devem poder exercer seu direito de retorno às terras e às propriedades originais, assim como o de receber indenizações pelas perdas (mesmo os que não desejarem retornar). A maioria dos que vivem como refugiados nos países vizinhos e na Cisjordânia e em Gaza, assim como os deslocados internos dentro de Israel (os chamados "ausentes-presentes" – mais um oxímoro sionista) certamente o farão.

A decisão terá que ser dos refugia-

dos, livremente e com pleno suporte financeiro internacional, como **apontam suas organizações**. Estudos de um importante pesquisador palestino, **Salman Abu Sittah**, mostram que a maior parte das terras de onde provieram os refugiados estão despovoadas, localizando-se longe dos centros urbanos de Israel. No caso de um acordo, nos lugares em que não for possível que eles voltem aos mesmos lugares (onde tenham sido construídas universidades ou hospitais, por exemplo), pode-se achar outras soluções próximas, se o critério não for racista. Nas cidades que foram "judaizadas" a situação será mais complicada, mas sempre há saídas, desde que haja vontade política do Estado: afinal, Israel absorveu um milhão de russos na década de 90. Inaceitáveis são os critérios demográficos racistas do establishment sionista, lamentavelmente compartilhados por setores amplos da chamada "esquerda sionista".

OS GRUPOS NACIONAIS NA PALESTINA

De fato, já existe um só Estado entre o rio Jordão e o Mediterrâneo - com cerca de 12 milhões de habitantes, metade judeus e metade palestinos - Estado dominado ferreamente por Israel.

A Palestina é o último fato colonial ocidental remanescente. Um tipo de colonialismo de povoamento, em que uma população de imigrantes, eles próprios oprimidos em suas terras de origem, conquistaram o novo país e subordinaram, pela exploração ou pela exclusão (em geral de forma combinada), a população original.

Após 70 anos, aparentemente esses colonos - como eles próprios se denominavam - e seus descendentes constituíram uma nova nação judaísta-israelense que se autoidentifica pela



Os judeus israelenses precisam escolher: que futuro desejam? Um país eternamente militarizado? Continuar sendo párias no Oriente Médio e manter a fina flor de sua juventude como gendarme de outro povo? A condenação mundial cada vez maior?

língua, a economia e as tradições culturais. A maioria deles, afora os mais ricos, não tem a opção de fugir para a metrópole, como os *pieds-noirs* da Argélia. Aí incluídos os 50% dos judeus israelenses oriundos dos países árabes, apesar de sofrerem forte discriminação dentro da própria nacionalidade dominante.

A força inegável de Israel como potência regional e nuclear, apoiada pelos Estados Unidos e pela União Europeia, torna ainda mais importante que, como na África do Sul, um setor importante, mesmo que não majoritário, da nacionalidade opressora seja ganho para a luta.

Essa solução enfrentará imensas resistências dentro da população judaica. Para ganhar mais do que indivíduos isolados solidários, é necessário um programa que assegure os direitos nacionais dos judeus israelenses em um país descolonizado.

Mas não estamos perante um conflito entre direitos nacionais equivalentes. A autodeterminação nacional é um direito dos oprimidos e não dos opressores. Como nacionalidade opressora, os judeus israelenses teriam que ceder seus privilégios para conviver em igualdade de condições e desfrutar de seus direitos nacionais (direito a língua, cultura, religião, tradições).

Os judeus israelenses precisam escolher: que futuro desejam? Um país eternamente militarizado? Continuar sendo párias no Oriente Médio e manter a fina flor de sua juventude como gendarme de outro povo? A condenação mundial cada vez maior? A degeneração racista e a perseguição aos próprios judeus que se atrevam a dissentir, como aponta, entre outras, a lei que criminaliza a recordação da Nakba¹?

¹ Nakba é uma palavra árabe que significa "catástrofe" ou "desastre" e designa o êxodo palestino de

NOVAS PERSPECTIVAS

Apesar de seus êxitos relativos, Israel não pode vencer no médio e longo prazos. A população palestina segue resistindo e não há hoje condições de se repetir a limpeza étnica massiva de 1947-1948. A sua resistência vem de longe e inclui várias formas, inclusive a resistência armada, como na defesa frente aos ataques brutais a Gaza.

A novidade desde 2005 é o movimento pelo **BDS** (Boicote, Desinves-

1948, quando pelo menos 711 mil árabes palestinos, segundo dados da ONU, fugiram ou foram expulsos de seus lares, em razão da guerra civil de 1947-1948 e da guerra árabe-israelense de 1948.

timento e Sanções), que luta pela igualdade de direitos nas fronteiras de 1948, pelo fim da ocupação e pelo direito de retorno dos refugiados.

Mesmo em pouco tempo, o BDS é um enorme sucesso e começa a preocupar Israel. A mais recente adesão foi a da Federação Nacional de Sindicatos da Noruega, com 900 mil filiados.

As brutalidades de Israel fizeram com que, mesmo nos Estados Unidos, setores importantes da população se distanciassem de Israel. Um número minoritário, mas crescente, de judeus liberais vem se juntar aos antissionistas de mais longa data. Como na luta

para derrubar o apartheid, o desequilíbrio de forças na Palestina torna fundamental uma pressão externa. Excluir as instituições de Israel das atividades econômicas, militares e culturais internacionais é um poderoso recado, similar ao que foi dado na luta contra o apartheid sul-africano. Um apoio material e moral à luta dos palestinos para derrubar o muro de discriminação que cerca a Palestina.



***Tradutor e militante do Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS)**



atualidade de Marx

A detailed oil painting of Karl Marx, showing him from the chest up. He has a very full, long white beard and mustache, and is looking slightly to the right. The background is a dark, textured brown.

**A QUESTÃO
DO TRABALHO¹**

Karl Marx

Oportunidades de ouro e o uso que se faz delas é o título de uma das mais tragicômicas efusões do solene e profundo *Economist*. As “oportunidades de ouro” foram, obviamente, oferecidas pelo livre comércio, e o “uso”, ou melhor, “abuso” delas se refere àquele feito pelas classes trabalhadoras.

As classes trabalhadoras, pela primeira vez, tiveram seu futuro em suas próprias mãos! A população do Reino Unido começou realmente a diminuir, tendo a emigração superado o seu crescimento natural. Como os operários usaram sua oportunidade? O que eles fizeram? Exatamente o que costumavam fazer antigamente, em cada retorno do brilho temporário do sol, casaram e multiplicaram o mais rápido possível...Com esta taxa de aumento, não demorará muito para que a emigração seja efetivamente contrabalançada e a oportunidade de ouro jogada fora.

A oportunidade de ouro de não casar e não se multiplicar, exceto à taxa ortodoxa permitida por Malthus e seus discípulos! Que moralidade de ouro! Mas, até agora, de acordo com o próprio *The Economist*, a população diminuiu e ainda não contrabalançou a emigração. A superpopulação, então, não entrará na conta dos desastres da época. “O imediato uso que as classes trabalhadoras deveriam ter feito da sua rara ocasião era acumular poupanças e se tornar capitalistas... Nessa escassa circunstância, elas parecem ter ... ascendido, ou começado a ascender, à posição de capitalistas ... Elas jogaram fora a sua oportunidade”.

A oportunidade de se tornar capitalistas! Ao mesmo tempo, *The Economist* conta aos operários que, depois

1 Texto inédito em português. Publicado pela primeira vez em inglês no dia 28 de novembro de 1853, *New-York Daily Tribune*, nº 3936

A oportunidade de ouro de não casar e não se multiplicar, exceto à taxa ortodoxa permitida por Malthus e seus discípulos! Que moralidade de ouro! Mas, até agora, de acordo com o próprio *The Economist*, a população diminuiu.

de terem finalmente obtido 10% de aumento sobre seus ganhos anteriores, conseguiram embolsar 16,5 xelins por semana ao invés de 15. Ora, os salários médios são muito altos calculados em 15 xelins por semana. Mas não importa. Como se tornar um capitalista com 15 xelins por semana! Esse é um problema que merece ser estudado. Os operários tinham a falsa ideia de que para melhorar sua situação deveriam tentar melhorar suas rendas. “Eles têm batalhado”, diz *The Economist*, “mais do que lhes seria necessário”. Com 15 xelins por semana tiveram a oportunidade de se tornarem capitalistas, mas com 16,5 essa oportunidade teria ido embora. Por um lado, os operários devem manter a mão de obra escassa e o capital abundante, a fim de poder impor aos capitalistas um aumento de salários. Mas se o capital se revela abundante e o trabalho escasso, eles não podem absolutamente se beneficiar desse poder, para cuja aquisição eles necessitariam parar de se casar e se multiplicar. “Eles têm vivido mais luxuriosamente”. Sob as Leis do Milho, somos informados pelo mesmo *The Economist*, que eles estavam meio alimentados, meio vestidos e mais ou menos famintos. Se eles fossem então viver de fato, como poderiam conseguir viver menos luxuriosamente que antes? As tabelas de importação foram repetidamente desdobradas por *The Economist* para provar o crescimento da prosperidade do povo e a solidez do negócio feito. O que foi assim proclamado como uma prova das bênçãos indescritíveis do livre comércio agora é denunciado como demonstração da tola extravagância das classes trabalhadoras. Porém, continuamos sem entender como a importação pode continuar aumentando com uma população decrescente e um consumo



Quanto mais a mãe e a criança compareciam à fábrica, menos a escola poderia ser frequentada. E no final das contas, a que tipo de educação teriam oportunidade esses pais e seus filhos? A oportunidade de aprender como manter a população no ritmo descrito por Malthus, diz *The Economist*

em declínio: como a exportação pode continuar a subir com a diminuição da importação e como a indústria e o comércio podem se expandir com as importações e exportações contraídas.

A terceira oportunidade de ouro deveria ter sido a de obter a melhor educação possível para si e para seus filhos, de maneira a se ajustarem à melhoria da situação econômica e aprenderem como fazer seu melhor uso. Infelizmente, somos obrigados a afirmar ... que as escolas raramente foram tão

pouco frequentadas, ou as mensalidades escolares tão mal pagas.

Há algo de maravilhoso nesse fato? O comércio ativo era sinônimo de fábricas expandidas, de aumento dos investimentos em maquinaria, de mais trabalhadores adultos substituídos por mulheres e crianças, de horas prolongadas de trabalho. Quanto mais a mãe e a criança compareciam à fábrica, menos a escola poderia ser frequenta-

da. E no final das contas, a que tipo de educação teriam oportunidade esses pais e seus filhos? A oportunidade de aprender como manter a população no ritmo descrito por Malthus, diz *The Economist*. Educação, diz o senhor Cobden, mostraria aos homens que as instalações sujas, mal ventiladas e abarrotadas não são a melhor forma de conservar a saúde e o vigor. Igualmente, talvez, se salvasse um homem de morrer de fome contando a ele que

as leis da Natureza demandam um suplemento perpétuo de comida ao corpo humano. A educação, diz *The Daily News*, teria informado nossas classes trabalhadoras como extrair substância nutritiva de ossos secos – como fazer bolos de amido para o chá, e como fazer sopa com o pão que o diabo amassou.

Se listarmos então as oportunidades de ouro que foram assim desperdiçadas pelas classes trabalhadoras, elas consistem na oportunidade de ouro de não se casar, na oportunidade de viver menos luxuriosamente, de não pedir salários mais altos, de se tornarem capitalistas com 15 xelins por semana, de aprenderem como manter o corpo saudável com comida grosseira e como degradar a alma com as pestilentas doutrinas de Malthus.

Na última sexta-feira, Ernest Jones visitou a cidade de Preston para se dirigir aos trabalhadores impedidos de entrar na fábrica, falando sobre a questão do trabalho. No momento do encontro, pelo menos 15 mil pessoas (o Preston Pilot estima o número em 12 mil) haviam se juntado no pátio, e o senhor Jones, ao seguir para palanque, foi recebido calorosamente. Reproduzo alguns trechos de seu discurso:

Qual o motivo dessas lutas? Por que acontecem agora? Por que elas irão retornar? Porque as fontes das suas vidas estão seladas pela mão do Capital, que entorna o seu cálice de ouro e deixa a borra para vocês. Por que vocês estão impedidos de entrar na vida quando estão impedidos de entrar na fábrica? Porque vocês não têm outra fábrica para ir – nenhum outro meio de trabalhar pelo seu pão. [...] O que dá ao capitalista esse poder tremendo? O fato de que ele detém todos os meios de emprego... os meios de trabalho são assim a dobradiça sobre a qual o futuro do povo se move... somente um movimento de massas em todos os setores, um movimento na-

cional das classes trabalhadoras, pode triunfar... segmentem e regionalizem sua luta e vocês possivelmente fracassarão, nacionalizem ela e vocês certamente vencerão.

O senhor George Cowell de maneira muito cortês moveu um voto de agradecimento, apoiado pelo senhor John Matthews, a Ernest Jones em razão de sua visita a Preston e aos serviços prestados por ele à causa do trabalho.

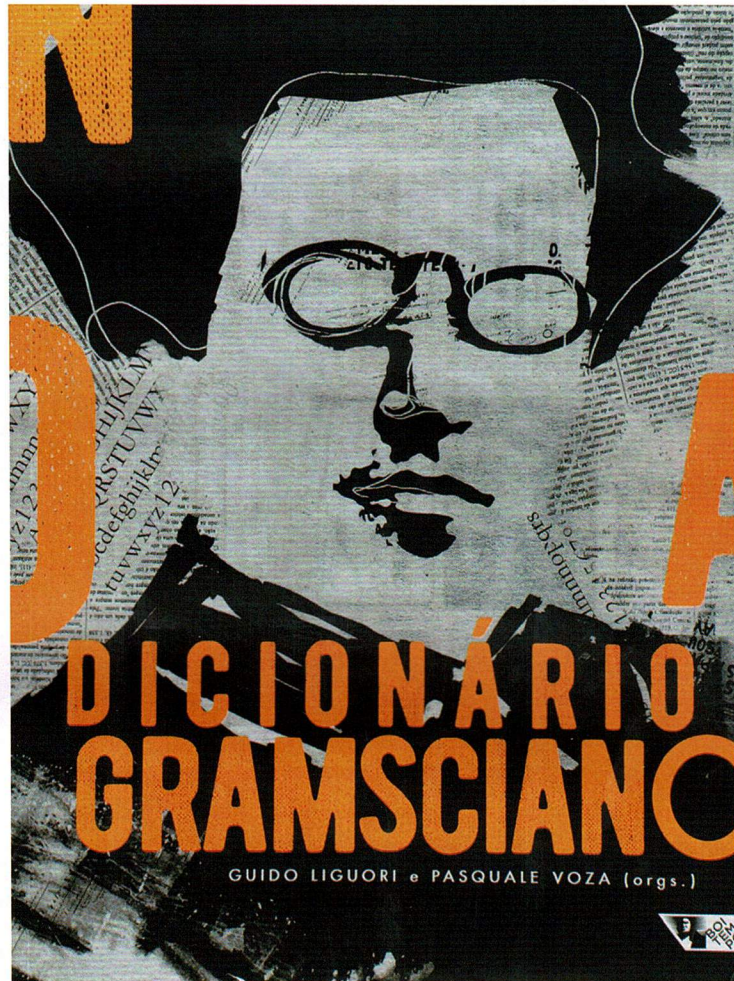
Grandes esforços foram feitos por parte dos donos de fábrica para impe-

dir a visita de Ernest Jones à cidade; nenhum salão podia ser reservado para este propósito, e, dessa forma, cartazes foram impressos em Manchester convocando uma reunião ao ar livre. O informe que o senhor Jones se oporia à greve foi difundido diligentemente por partes auto interessadas e semeou a divisão entre os homens, e cartas foram enviadas comunicando que não seria seguro para ele visitar Preston.

(Tradução: Carolina Peters e Murilo Leite)



O léxico de Antonio Gramsci: entre filologia e política



Alvaro Bianchi*

Nas últimas décadas uma nova onda de estudos gramscianos começou a ganhar corpo na Itália. Jovens pesquisadores, e outros nem tanto, atiraram-se a um trabalho de leitura meticulosa dos textos do marxista sardo, à pesquisa histórica rigorosa, à escavação documental intensa, à reconstrução conceitual e ao trabalho coletivo. Os resultados já são significativos. Importantes descobertas foram feitas sobre a biografia de Gramsci, sobre o processo de composição dos *Cadernos do cárcere* e sobre a intenção e os moti-

Se se quer estudar o nascimento de uma concepção de mundo que não foi nunca exposta sistematicamente por seu fundador (...) é preciso fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com escrupulos

vos do autor no processo de produção conceitual.

O que caracteriza esses novos estudos é o chamado método filológico: uma atenção particular ao ritmo de composição do texto, ao processo de construção dos conceitos e aos nexos existentes entre esse processo e o contexto histórico e biográfico. O próprio Gramsci já havia apontado esse caminho em uma nota registrada nos seus *Cadernos do cárcere*: "Se se quer estudar o nascimento de uma concepção de mundo que não foi nunca exposta sistematicamente por seu fundador (...) é preciso fazer preliminarmente

um trabalho filológico minucioso e conduzido com escrúpulos máximos de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual e de ausência de qualquer preconceito e apriorismo ou posição preconcebida”. E mais adiante sintetizou esse método filológico: “A pesquisa do *leitmotiv*, do ritmo do pensamento em desenvolvimento, deve ser mais importante do que as afirmações particulares e casuais e do que os aforismos isolados” (Q 16, § 2).

O *Dicionário gramsciano* (1926-1937), publicado agora em português pela editora Boitempo é um dos feitos dessa nova onda de estudos¹. A ideia nasceu nos seminários sobre o léxico gramsciano organizados pela International Gramsci Society-Italia, entre 2000 e 2006, nos quais a comunidade de especialistas discutia certas palavras-chaves dos *Cadernos do cárcere*, tais como filosofia da práxis, hegemonia, intelectuais, jacobinismo, bloco histórico e americanismo. Uma primeira versão das contribuições desses seminários foi publicada na Itália com o título de *Le parole de Gramsci* (Carocci, 2004), um livro organizado por Guido Liguori e Fabio Frosini.

O *Dicionário* era entretanto um projeto muito mais ambicioso, seja pela abrangência, seja pelo número de colaboradores. Orientados por uma mesma metodologia de investigação, os autores procuram auscultar aquele ritmo do pensamento gramsciano, reconstruindo de modo rigoroso sentido dos conceitos. Pesquisadores e o público interessado têm agora acesso a um instrumento de consulta poderoso, capaz de estimular novas investigações, bem como uma compreensão mais apurada das ideias de Antonio Gramsci.

Uma vez que o léxico gramsciano é parte constitutiva do discurso políti-

O *Dicionário gramsciano* (1926-1937), publicado agora em português (...) é um dos feitos dessa nova onda de estudos. A ideia nasceu nos seminários sobre o léxico gramsciano organizados pela International Gramsci Society-Italia, entre 2000 e 2006, nos quais (...) (se) discutia certas palavras-chaves dos *Cadernos do cárcere*, tais como filosofia da práxis, hegemonia, intelectuais, jacobinismo, bloco histórico e americanismo

co brasileiro desde meados dos anos 1970, a publicação do *Dicionário* pode ajudar a esclarecer alguns equívocos frequentes e ter um impacto positivo sobre o debate político na esquerda de nosso país. Dois casos chamam a atenção. Primeiro o conceito de hegemonia, o qual no léxico da esquerda brasileira frequentemente é sinônimo de dominação, embora Gramsci insistisse fortemente em um outro uso: hegemonia como sinônimo de direção moral e intelectual, de consenso ativo. Depois, o conceito de bloco histórico, usado no Brasil para definir uma certa aliança de classes no poder – quase como no conceito poulantizano de “bloco no poder” –, quando para o autor dos *Cadernos do cárcere* ele era um instrumento conceitual para redefinir em termos não economicistas a relação entre estrutura e superestrutura.

Outras situações poderiam ser enumeradas. Não são questões meramente terminológicas. Um trabalho filológico mais rigoroso, como este exposto pelo *Dicionário*, pode fornecer um conjunto conceitual muito rico para pensar a estratégia socialista no Brasil. Transformados em slogans esses conceitos perderam muitas vezes seu caráter crítico e transformador. Retornar a eles é um bom caminho para pensar a crise atual e as alternativas a ela. E para isso o *Dicionário* é imprescindível.

1 LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.



***Professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da**

Universidade Estadual de Campinas e coordenador científico da International Gramsci Society-Brasil.

Retomar Stonewall e radicalizar o movimento LGBT brasileiro

Cesar Fernandes* e Rodrigo Cruz**

Estamos às voltas dos 48 anos da rebelião de Stonewall. A série de manifestações que aconteceram no tradicional bar Stonewall Inn em Nova York, em 1969, marcou a história do movimento LGBT norte-americano e sua radicalidade, orientando a luta pela liberdade sexual e de gênero em diversos países. O sistema jurídico, francamente LGBTfóbico - associado ao racismo, ao nacionalismo e ao moralismo cristão - fermentava posições conservadoras contra lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans.

Por conta disso, a resistência LGBT verteu-se em movimento organizado, consonante à luta por direitos civis de negras e negros, à contracultura e às manifestações pacifistas contra a guerra no Vietnã. Forjou-se uma reação antissistêmica muito incisiva contra o autoritarismo e a violência policial e de Estado, demarcando que estes territórios possíveis para as sociabilidades LGBT seriam defendidos às últimas consequências. A batalha de Stonewall foi protagonizada por mulheres trans negras e latinas em situação de rua, como Marsha P. Johnson, Miss Major e Sylvia Rivera. As associações políticas fundadas após a rebelião chegaram a formar coalizões

LEONARD FINK



com o Partido dos Panteras Negras, uma necessária aliança entre setores oprimidos, unidos pela classe e pelo norte revolucionário.

Neste sentido, recuperar Stonewall passa fundamentalmente por retomar o recorte de classe e o cunho político e revolucionário da luta pela liberdade sexual e de gênero.

Vivemos os impactos do esvaziamento da agenda LGBT por parte dos governos petistas, notabilizados pelas alianças políticas com partidos conservadores em nome da governabilidade e da viabilidade eleitoral. Desde o início, setores progressistas menosprezaram a luta contra o fundamentalismo no Congresso Nacional, avaliando que a consequência desta política era circunscrita apenas a mulheres e LGBTs. Observamos

que os fundamentalistas, ultrafortalecidos, se tornaram peça fundamental, “em nome de Deus e da família”, do golpe institucional que destituiu a presidenta Dilma em 2016.

Além disso, os governos petistas aprofundaram um processo de cooptação dos movimentos sociais que retirou a radicalidade e o protesto de rua como método prioritário das lutas sociais. Isso impactou profundamente a nova geração de ativistas, muitas delas LGBT, que vai às ruas ao seu modo, com os recursos e a cultura política de que dispõe. Confronta-se com setores mais tradicionais do movimento LGBT,

geralmente posicionados em ONGs para a disputa de editais governamentais, a advocacy e o lobby parlamentar numa linha de inclusão atrelada à boa vontade governamental. Além disso, o movimento enfrenta as contradições

xuais, travestis e transexuais na arena da política institucional, fortalecendo intervenções como a do deputado federal Jean Wyllys (PSOL). Como ele, precisamos amplificar nosso rechaço às iniciativas dos setores fundamen-

talistas e conservadores, aglutinados em torno do PMDB e seus satélites.

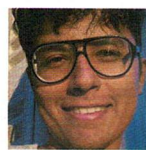
Recuperar a radicalidade do movimento é uma necessidade. Interseccionar nossas lutas com raça e classe, impulsionar a organização sindical de trabalhadoras LGBT, organizar essas lutas periféricas, a quem são reservados os subempregos e o encarceramento. Priorizar as lutas anti-transfóbicas, dado o grau de violência contra travestis e pessoas trans no Brasil. Entender que o avanço do conservadorismo precariza nossas vidas como

LGBTs e como trabalhadoras e que, portanto, lutar contra o fundamentalismo também é lutar contra o domínio do capital.

É possível vencer!



***Psicólogo especialista em gênero e sexualidade pelo CLAM/Uerj, militante LGBT e do PSOL.**



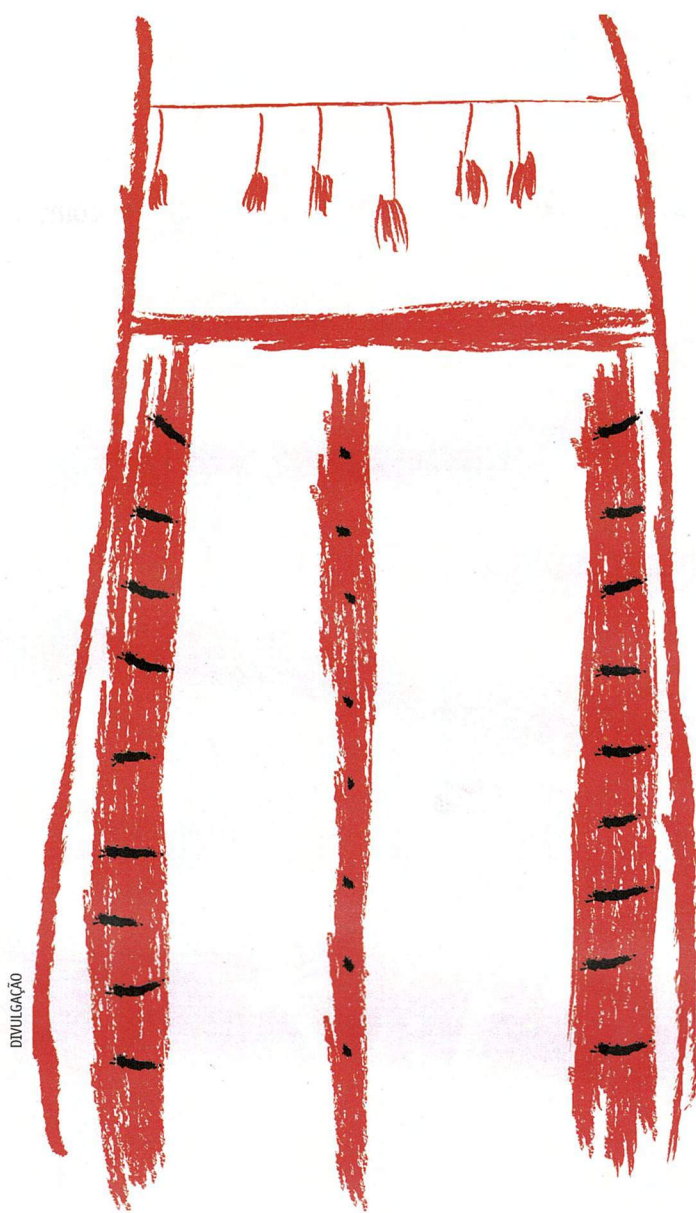
****Jornalista, mestre em ciências sociais pela Unifesp e doutorando em sociologia pela Universidade de Lisboa, militante LGBT e do PSOL.**



LEONARD FINK

da inclusão pela via do consumo. A solução apresentada pelo capitalismo à situação marginal da população LGBT é a de transformá-la em um nicho de mercado, o que dificulta ainda mais a autonomia do movimento.

O golpe institucional aprofundou a crise política e econômica e tornou mais complexas as tarefas do movimento LGBT. As reformas apresentadas por Temer incidem ferozmente nas nossas condições de trabalho e previdência, já precarizadas pela LGBTfobia. É fundamental aliar os movimentos de rua contra as reformas, à ampliação da representação de lésbicas, gays, bisse-



DIVULGAÇÃO

***Martírio*, a saga de um povo que insiste em viver na sua terra**

Luiz Arnaldo Dias Campos*

Nos dicionários a palavra martírio significa sofrimento prolongado ou repetitivo. Na tela, as imagens do filme que leva esse nome se repetem. E mostram no acampamento de Pyelito-Pue, no Mato Grosso do Sul, mulheres e homens guaranis-kaiowás afirmando no seu idioma, com gestos fortes

e marcantes, aquilo que é o centro de suas vidas: a luta pelo direito de morar na terra em que estão enterrados seus avós.

Martírio, documentário de Vincent Carelli, com codireção de Ernesto Carvalho, é o relato de uma dor que atravessa séculos. Mais do que isto, é o retrato detalhado e caudaloso de um processo de esbulho contra um povo

do Brasil, realizado pelo Estado brasileiro. O filme retroage até a Guerra do Paraguai, comprovando com farta prova documental como, através do tempo, os guaranis tiveram suas terras roubadas, ao mesmo tempo em que eram transformados em cortadores de cana, semiescravizados, para os latifúndios.

É uma história de deportações, con-

finamentos, assassinatos e resistência que tem os sucessivos governos como personagens macabros. Para Carelli, o filme “é o relato da Palestina brasileira, a história de como o capitalismo arrasou uma sociedade igualitária”.

A epopeia do documentário teve início em 1988, quando Carelli foi registrar cerimônias religiosas guaranis. Acompanhou aquele povo até 1999, retornando em 2011, impulsionado pela notícia do assassinato de um indígena e a desapareção do seu corpo. A partir daí, os autores mergulharam de corpo inteiro na ciclópica tarefa de desmontar um edifício de inverdades, que condena os guaranis a viver em guetos chamados de reservas, ou à beira das estradas.

Em *Martírio* os contendores se enfrentam cara a cara. Na tela, os argumentos dos indígenas se confrontam com depoimentos patéticos da ex-ministra Kátia Abreu e outros eminentes representantes da bancada ruralista, que de forma inacreditável se vitimizam e transformam os guaranis em seus algozes. Mas, apesar de expor o ridículo involuntário dos defensores do agronegócio, *Martírio* não é uma obra que possa, no mau sentido, ser chamada de panfletária. Pelo contrário, com paciência de velho índio empilha os fatos históricos e apresenta provas, convencendo racionalmente os espectadores da causa justa do povo guarani. Mas é um filme que também sabe ser comovente, ao mostrar as profundas diferenças entre aqueles para quem a terra é pura mercadoria e os povos indígenas para quem ela é território, coração e memória, razão primeira da existência de um povo.

Martírio não tem receio de ser uma obra engajada. Segundo Carelli, está a serviço da luta contra o “marco temporal” da Constituinte de 1988, a



Em *Martírio* os contendores se enfrentam cara a cara. Na tela, os argumentos dos indígenas se confrontam com depoimentos patéticos da ex-ministra Kátia Abreu e outros eminentes representantes da bancada ruralista, que de forma inacreditável se vitimizam e transformam os guaranis em seus algozes

interpretação de juristas, padrão Gilmar Mendes, para quem a garantia da demarcação de terras contida naquele diploma legal é exclusiva para os indígenas que estavam ocupando suas terras na data da sua promulgação. Ou seja, exclui do direito aqueles povos, como os guaranis-kaiowás, que, em 1988, já completamente esbulhados, viviam confinados em exíguos espaços ou na margem das rodovias.

Este absurdo jurídico faz parte da ofensiva anti-indígena posta em marcha pela maioria golpista do Congresso Nacional que está retalhando terras protegidas, como as florestas nacionais, tenciona a extinção da Funai e quer que deputados e senadores, entre os quais é grande a força da chamada bancada ruralista, passem a demarcar as terras indígenas.

Para todos que lutam contra estas infâmias, *Martírio* é uma arma importante.

E é, sobretudo, uma obra profundamente esclarecedora a respeito do Brasil diverso. Mas que, no entanto, é um país em que há um Estado que se recusa a reconhecer esta diversidade. Apesar dos avanços da Constituinte de 1988, o Brasil continua sem se reconhecer oficialmente como um país plurinacional, no qual convivem centenas de povos com quase 300 idiomas falados cotidianamente.

Esses povos devem ser reconhecidos como sobreviventes de um massacre que se iniciou 500 anos atrás e prossegue até hoje.

Gente que, pelo mais elementar senso de justiça, tem direito a viver de acordo com as suas tradições na terra dos seus ancestrais.



*Luiz Arnaldo Campos, cineasta e membro do Comitê Executivo da revista SOCIALISMO e LIBERDADE

L A N Ç A M E N T O

CINCO MIL DIAS

O BRASIL NA ERA DO LULISMO

